ESPAÑA
FRANQUEO CONCERTADO
F.C. Nº 15000077

VITICULTURA. Incumprimento xeneralizado da Lei da Cadea Alimentaria na vendima ▸ 7

SECTOR LÁCTEO. A industria baixa o prezo do leite ao gando alimentado en praderías ▸ 10



Marchas da Dignidade, segue a rebelión contra o austericidio
Chamamento a ocupar a praza do Obradoiro o 29 de novembro esixindo pan, traballo e teito ▸ 14

FOUCE

Periódico labrego de información técnica e sindical - Ano XL - Nº 304 - Setembro/Outubro 2014



ALIANZAS POR UN MUNDO RURAL VIVO





De arriba a abaixo: Seminario Europeo de Agroecoloxía (páxs. 17-21), II Encontro sobre o Impacto da Minaría na Galiza (páx. 15) e IX Foro por un Mundo Rural Vivo (páxs. 22-24)

sindicato labrego galego
comisións labregas

Vida e repressom através de Moncho Valcarce (1)

por **Carlos C. Varela,**
estudante de Antropoloxía e investigador



Esta fotografia, tirada em agosto de 1981, é do interior da casa de Sésamo na qual morava 'o cura das Encrovas'. Entre a austera decoraçom albiscam-se peças de artesania galega; o que parece um cartaz do movimiento nacional-popular e, sobre o dintel, apenas percetível, a sereia de Castelao. Sobre a mesa de madeira, duas velas, um cacto numha olinha de barro, e umhas florzinhas franciscanas que iluminam toda a instância. Justamente disso, da dimensom mais vivencial e íntima da militancia de Moncho Valcarce, trata este texto.

Do movimiento nacional-popular temos muitos documentos congressuais, polémicas teóricas e extensas cronografias... e porém, temos bem pouco. Filhas do seu tempo e as suas cricunstâncias, aqueles acontecimentos som apenas cojunturais. Pola contra, a ética e as ensinanças das vivencias pessoais conservam todo o seu brilho e utilidade para os reptos de hoje. Afortunadamente Moncho Valcarce deixou avondosa testemunha desta esquecida dimensom humana da militancia política, seguramente graças às "técnicas de si" próprias da sua profissom.

TOMADA DE CONSCIÊNCIA, SEMINÁRIO E JIMY

Filho dumha corunhesa e um berziano, Moncho cria-se no seio dumha família burguesa. Como cumprindo com o tópico hagiográfico, desfruta dumha juventude cheia de festa, antes de ingresar no Seminário de Sam Martinho Pinário –á idade algo seródia de 26 anos, quando estava a rematar Direito. De moço, já dera mostras dumha desorganizada indignaçom perante a injustiça social, misturada com um cristianismo heterodoxo e franciscano. As conversas que mantém no seu diário com Deus espalham bem espelham bem esta primeira indinaçom:

"*Preocupam-me os obreiros que vivem em habitaçons onde Ti só vivirias, com pagas ridículas, comparadas às propinas que no café ou no cinema dá o seu patrom. Odiam, justo ódio!, aos que os exploram, amparando-se em leis perfeitas na teoria e satánicas na prática*". (19/12/1961)

Apenas uns dias depois, na Noite Boa, escreve-lhe umha carta ao Meninho Jesus cheia de raiva perante a hipocresia com que a burguesia corunhesa celebra o seu nascimento.

"*Contárom-me muitas cousas de ti, inventadas polos "católicos"; tantas que me figérom chorar de indignaçom e nojo polo que contavam. Nom me explico como nom ês comunista, ou... te dedicas a pôr bombas na ceia, dos ricos! Perdoa a animalada, mas, é verdade!*". (24/12/1961).

Batia com o seu entorno constantemente, e encontrava-se mais cómodo nas margens das famílias 'bem' do momento: "*Nom me avergonha ser amigo de prostitutas, maricons, herejes ou gente que considera os curas e a Igreja algo morto. Dam-me nojo, náuseas, os que vam à miss asó nos domingos, comungam... os mornos!*". (20/1/1962).

No Seminário iniciará umha funda amizade com Manuel Torres Vilariño, 'Jimy'. Os dous padecerám anos depois **SEGUE ▸**

Tódolos contidos deste periódico publícanse baixo licenza Creative Commons Non Comercial / Atribución / Compartir igual

FOUCE

EDICIÓN
Edicións Fouce, Departamento de Publicacións de Servicios Agrarios e Contables SL

CONSELLO EDITORIAL:
Isabel Vilalba Seivane, Xabier Gómez Santiso, Conchi Mogo e Daniel Rodicio.

COLABORACIÓNS
Andrea Rico, Mónica Vázquez, Ramón Barreiro, Conchi Mogo, Daniel Rodicio, Lara Barros, Vera-Cruz Montoto e Mª Ángeles Fernández.

ENDEREZO
Ofelia Nieto nº 13-23. Compostela
981 554 147
prensa@sindicatolabrego.com
www.sindicatolabrego.com

COORDINACIÓN
Xosé García Rodríguez

DESEÑO E MAQUETACIÓN
Xosé García Rodríguez

PECHE DE EDICIÓN 13-11-2014

DEPÓSITO LEGAL C-749/88

NACIONAL Ofelia Nieto 13-23, Meixonfrío, Compostela. ☎ 981 554 147
COMPOSTELA Idem Nacional. ☎ 981 588 532
MELIDE Praza do Convento 2. ☎ 686 936 429
ARZÚA Padre Pardo 24, 1º D. ☎ 981 508 177
SANTA COMBA Aula 9 do Edificio Multiusos. ☎ 699 924 632
ORDES Alfonso Senra 117. ☎ 981 682 908
BETANZOS Cruz Verde 7, esquina praza Dona Agueda. ☎ 981 773 377
TEIXEIRO Martínez Pardo 13, 1º esq. ☎ 981 789 781
MOECHE Casetas da feira de Moeche. ☎ 698 125 154
VALDEORRAS Praza do Concello, edificio sindical 2, 1º, O Barco. ☎ 988 321 511
VERÍN Travesía de Sousas 20, Galerías Maga. ☎ 988 590 438
RIBADAVIA Virxe do Portal 11. ☎ 988 477 230
XINZO San Sebastián 16, baixo. ☎ 988 462 547
LUGO Miguel de Cervantes 47, ent. ☎ 982 231 154
SARRIA Bar Adaxa. Calvo Sotelo 133. ☎ 679 457 264
CHANTADA Emilia Pardo Bazán 11, baixo. ☎ 982 440 804
A FONSAGRADA Bar A Lúa. Rosalía de Castro 16. ☎ 698 157 379
RIBADEO Av. Calvo Sotelo 3, 1ºE. ☎ 982 130 615
LOURENZÁ Av. Fernández del Riego 5, 1º C. ☎ 982 121 376
VILALBA Rúa do Cuartel 1, ent. A, estrada de Meira. ☎ 982 512 431
MEIRA Xeneralísimo 47-49. Edf. Miño, ent E. ☎ 982 331 714
A ESTRADA Gradín 1, baixo. ☎ 986 573 232
LALÍN Monte Faro 28, baixo. ☎ 986 792 268
SILLEDA Av. do Parque 32, centro comercial O Parque, of. 12. ☎ 986 580 526
PONTEAREAS Rúa Amieiros, portal 1º A, 1º C. ☎ 986 641 508
O ROSAL Ramón Franco, Edf. Rosales. ☎ 986 625 394
O SALNÉS Av. Bouza Matín 9, 1º. Barrantes (Ribadumia). ☎ 986 718 526

“Com a sua ajuda a igreja será local de assembleias e teatro, centro social e educativo, etc. Galeguizam a romaria de Sam Cosme, botam a andar umha biblioteca e publicam a combativa folha paroquial Outeiro de San Cosme (1973-1978)”

a dureza da repressom. No caso de Jimy, quando após ser ordenado viaja para o Brasil, onde os esquadrons da morte da Ditadura o capturam e torturam. Quando em 1975 a família consegue trazê-lo de volta à Terra, vem já num estado tam delicado que aos dous meses morre.

Anos depois, Moncho recordava o ambiente do Seminário como “*Pior que na mili! Aquilo era un cárcere; como estar na cadea*”; lamentando-se sobretodo de que “*As persoas máis egoístas que tropecei foron os curas ou os seminaristas…*” (Entrevista em Teima, nº20, 1977). Muito mais importante para a sua formaçom foi o curso que passou na Universidade Gregoriana de Roma, acompanhado do seu amigo Vicente Cerdeiriña. Como tantos galegos, tomou consciência nacional no estrangeiro: “*Eu comecei a descubrir a Galiza em Roma*”, confessará-lhe a Gumersindo Campaña. Ali conhece o grupo “Os Irmandiños”, centrado sobretodo na recuperaçom da língua –formavam parte dele gente tam destacada na filologia como Isaac Estraviz ou Montero Santalha-; e também se encontra com cregos abertzales como Balentxi. Era o tempo do conflito de Castrelo de Minho e o ressurgir da resistência nacional. De volta a Compostela, intentará com outros companheiros encetar um novo modo de vida no Seminário, mais livre e coerente. Como resultado das inovaçons, Moncho, Jimy e Joaquín Cifuentes serám expulsos da instituiçom.

A COMUNA DE SÉSAMO E A DEMOCRACIA PAROQUIAL

“…entonces non era cousa tan nunca vista que a eirexa fose sitio en que se fixesen xuntas comunales, se ventilasen asuntos civiis, se notificasen cartase sentencias e se celebrasen outros autos púbricos de carauter segrar. Inda por moito tempo o adro das eirexas era o lugar proprio e sinalado aos concelhos e xuntas populares. É certo que os Concilios e Perlados cramaban contra o abuso de celebrárense nas eirexas taes autos; mais às veces, co gallo de que era por necesidá e pol’o ben común, non se separaba nas ditas prohibicións”.

A.LÓPEZ FERREIRO,
O castelo de Pambre

Finalmente, e a pesar de todo, Moncho é ordenado sacerdote, mas a sua igreja parecerá-se mais a essa do s. XIV que descreve António López Ferreiro do que à do nacional-catolicismo. Desde as suas primeiras homilias em igrejas corunhesas, a combatividade social estará presente em cada um dos seus ofícios religiosos. Carga de novo contra a hipocresia natalícia e pom-se de lado dos oprimidos com todas as consequências:

“*Falar numha reuniom de poucos, no secreto da noite, é cómodo e bonito… Mas falar perante muitos e a plena luz é perigoso e incómodo. Nom nos fica mais remédio, se queremos seguir a Cristo, do que denunciar à luz, embora dos do T.O.P. (Tribunal de Ordem Pública, predecesor da Audiência Nacional espanhola) nos esperem fora*”. (Homilia em Sam José da Corunha, janeiro 1971).

Em 1971 é destinado a duas paróquias de Culheredo: Sésamo e Sueiro. Ali encontra-se, como queria, com a vida rural. Moncho conhecia e aprezava a democracia paroquial da tradiçom. No seu trabalho *O compromiso político dun presbítero* nunha realidade concreta: Galiza, dedica-lhe muita atençom ao tema, repasando-o através de Castelao, Risco, Cuevillas… Acha, como Xosé Chao Rego, que o perfil “anfíbio” do crego –personagem que nem é da paróquia nem forasteiro- o fai mui útil como intermediário nos conflitos entre a comunidade e o Estado. Como um bom antropólogo, fai observaçons valiosas sobre a identidade indígena:

Nada melhor do que umha frase para aclarar o conceito galego de paróquia: “*fai-se paróquia*”, “*temos que fazer paróquia*” ou “*fulano nom fai paróquia*”, frases que se escuitam em reunions para tratar asuntos comuns, que podem ir da organizaçom dumha festa, posta em marcha dum centro cultural, até os passos a seguir numha determinada reivindicaçom ou protesto.

Denunciará a falta de reconhecimento legal da paróquia (“*Hoje a paróquia galega carece de título legal, nega-se-lhe o reconhecimento da sua personalidade jurídica embora se reivindica no artigo 40 do Estatuto*”), e em 1979, ao sair eleito concelheiro polo BN-PG em Culheredo, reclama que os alcaides de bairro sejam escolhidos pola vizinhança e nom impostos polo alcaide municipal.

Contudo, a sua achega mais importante será a da sua praxe no dia a dia em Sésamo. Ali porá em marcha o projeto dumha igreja “*completamente despida de poder*”: renuncia a cobrar por missar e participa dos trabalhos comunitários, retira os confessionários, oficia com pam e vinho normais, realizando homilias singelinhas e participativas, que versavam sobre a vida em comum. No púlpito a estreleira, e junto com os cartazes paroquiais os do sindicalismo agário. No espiritual acompanhavam-no foto-Francisco de Assis e Joám XXIII, mas também o Ché –tem a sua grafía na sacristia-, Castelao, Paulo Freire ou Camilo Torres. No terrenal, toda a vizinhança e os moços da cidade que se deslocam à aldeia para viverem na casa paroquial: a “comuna de Sésamo”. Com a sua ajuda a igreja será local de assembleias e teatro, centro social e educativo, etc. Galeguizam a romaria de Sam Cosme, botam a andar umha biblioteca ambulante e publicam a combativa folha paroquial Outeiro de San Cosme (1973-1978). Militantes antifranquistas de todas as cores encontrárom na casa reitoral um oásis de liberdade onde se reunirem e debater; e outros como Moncho Reboiras, um refúgio de perseguiçom policial.

A importância que a “ruralizaçom” tivo para o seu percurso vital explica-o na sua última homilia em Sésamo, quando em 1988 se despide da vizinhança: “*Como non darvos as gracias! Como non dar gracias a Deus por viver entre vós” Sería eu o mesmo se non vos coñecera? Sería un crente en Xesús se quedara na Coruña como me ofrecerán? (…)*

Cando cheguei onda vós non falaba o noso idioma, non coñecía un sacho, un gavillo, non distinguía unha vaca dun touro, descoñecía que nin alumbrado público, nin teléfono tiñades… a 14 km. da cidade. Iñoraba que máis do 60% dos vecinos andaban por Europa a gañar unhas pesetas que eiquí lles negaban… (…) Vós fixestes de min –Deus fai as cousas por medio das persoas- un crego e un crego galego”.

CONTINUARÁ NO VINDEIRO FOUCE

Carlos Calvo Varela (Ordes, 1988) foi detido pola Policía Nacional o pasado 15 de setembro en Vigo e na actualidade está en prisión provisional, sen terse celebrado xuízo, no centro penitenciario de Topas (Salamanca), despois de ter pasado durante este tempo tamén polas cadeas de Soto del Real, Aranjuez e Valdemoro (Madrid). Membro do Consello de Redacción do Novas da Galiza e colaborador de varios medios de comunicación, estudante de Antropoloxía e investigador, ten publicado numerosos artigos en portais web, revistas e libros, ademais de realizar un importante labor como dinamizador social e cultural en diferentes agrupacións de Compostela e da comarca de Ordes. A Rede de Apoio a Carlos Calvo abriu hai uns meses o blog De volta para Loureda, unha web que pretende ser un punto de encontro que apañe canta solidariedade sexa posible para Carlos Calvo e tódolos presos que se atopen en situacións semellantes. O presente artigo de Carlos sobre Moncho Valcarce será publicado no Fouce en dúas entregas.

EDITORIAL

A tormenta perfecta: A difícil tarefa de construír futuro no rural para xente moza



Altos custos de produción, prezos baixos, elevado investimento, austeridade no gasto público, necesidade de endebedamento, incerteza nos sectores produtivos, despoboamento, longas xornadas laborais, pouco tempo libre, escasa valoración social, baixas rendibilidades, difícil acceso á terra -e, en moitos casos, as políticas europeas, estatais e autonómicas case única e exclusivamente ao servizo da agroindustria e da alta produtividade- son un ciclón perfecto para facerlle a vida imposible á xente moza que vive no rural ou que pretende vivir del. Así, son maioría quen prefiren emigrar ou buscarse a vida na precariedade urbana a quen apostan por mirar ao rural e construír o seu futuro nel.

Dende o ano 2008, perdéronse en Galiza 215.000 empregos, 50.000 só en 2013. Oito de cada dez correspondían a menores de 35 anos. Case 160.000 mozos e mozas deixaron de vivir no país dende o inicio da crise, e 25.000 abandonaron a terra dos mil ríos no que vai de ano nunha sangría que parece non ter fin. En 1962, en Galiza había 432.540 explotacións; en 1999, baixaron a 270.053; en 2007, só 88.037; e, dende 2007 até hoxe, pecharon só no sector leiteiro máis de 3 explotacións por día, un sector que tivo o seu *annus horribilis* en 2009 co peche de 1.046 granxas.

O capitalismo, como ben sinala Max Weber, necesita desexos urxentes. Así, son a présa e a necesidade de expansión constante o que o caracteriza, provocando competencia entre as empresas que cada vez son menos, só que máis grandes, e cada vez sometidas a unha maior presión polos rendementos decrecentes do capital. Do mesmo xeito, é a avaricia urxente o que caracteriza a subxectividade da xente labrega, cada día máis individualista e competitiva, présa de todo un lavado de cerebro feito por influentes poderes que comprenden moi ben a importancia de xerar hexemonía no campo das ideas e na idea mesma de felicidade. É por iso que os labregos e labregas buscan cartos desesperadamente para medrar e ser competitivos nunha banca que cada vez presta menos e non decatándose, como moi ben explica o antropólogo norteamericano David Graeber no seu libro *"En débeda. Unha historia alternativa da economía"*, que o crédito e o diñeiro non se inventaron, como se fixo crer á maioría da xente, para facilitar a actividade económica, senón para facer máis cómodo o control social e, polo tanto, de persoas, institucións, empresas e países, que son facilmente controlables a través da súa débeda. Palabras como embargo, obriga, renegociación, fondos voitre, prima de risco, Euribor, contrato ou débeda pública axúdannos ultimamente a entender mellor o que leva canda si esta competición irracional de todos contra todos.

A día de hoxe, resistir no rural, regresar a el ou contemplar a idea de volver, é sinónimo de necesitar cartos e contraer débedas e, polo tanto, ser dependente. Tendo en conta que a gran maioría de quen resisten, volven ou pescudan o proxecto de irse vivir ao rural -e non estamos a falar de facerse una casa para a fin de semana- saben das dificultades das que falamos no primeiro parágrafo, pois aínda que a necesidade aperte, retornar ao rural segue a ser unha idea romántica para amplos sectores da poboación carentes do aforro familiar necesario para esa palabra tan posta de moda e que tanto hai que matizar: "emprender".

Que facer? Demasiado sinxelo na teoría, e non tan doado na práctica: baixar os custes de produción, aumentar os prezos de orixe, limitar os custos dos investimentos, eliminar esta austeridade pública abafante e inxusta que só nos rouba servizos, explorar novas fórmulas de crédito que non conduzan ao sometemento e control social (unha banca pública ou o fomento da banca ética podería ser un bo comezo), acabar coa incerteza nos sectores produtivos regulando os mercados, buscar fórmulas para repoboar o rural, articular a cooperación económica para rebaixar as horas de traballo e ter dereito ao ocio, poñer en valor os dereitos das labregas, controlar nós na medida do posible a transformación dos produtos e a súa comercialización aumentando os nosos coñecementos vía I+D+i (investigación, desenvolvemento e innovación) e así proporcionarlle maior valor engadido ás nosas producións e reverter as políticas europeas, estatais e autonómicas.

Articular todo isto é imposible se non buscamos onde encontrarnos, onde traballar unidos e colectivamente de xeito concertado e contrastando ideas, onde liberar a intelixencia da solidariedade e a fraternidade na construción dun futuro mellor para as maiorías sociais na nosa Terra -"a nosa fermosa e perdurable casa"- en Europa e no mundo. Por iso os mozos e mozas do rural temos que pular por procurarnos, necesariamente, espazos onde atoparnos a diferentes niveis e nos que tamén inventemos fórmulas para atoparnos coa mocidade urbana para, entre todos e todas, alcanzar suxeitos colectivos onde a palabra futuro sexa sinónimo de dignidade, sostibilidade e felicidade colectiva.

LEITE ▸ Remata así a traxectoria dunha cooperativa que achegou o 30% do capital e 250 socios e socias ao ruinoso proxecto de Alimentos Lácteos en Outeiro de Rei

La Arzuana cesa 40 anos de actividade debendo até 4 meses de entregas de leite

O Sindicato Labrego Galego mantivo xuntanzas con socios e socias afectad@s polos impagos para darlles asesoramento xurídico



As instalacións de La Arzuana pararon a súa actividade o 1 de outubro por decisión da súa asemblea de socios e socias

A cooperativa La Arzuana vén de declarar o cese da súa actividade. Foi o último capítulo do estrepitoso fracaso que supuxo deixar en mans de dous políticos do Partido Popular, Eugenio Montero e Arcadio López, a xestión da planta de envasado de Pascual en Outeiro de Rei a través dunha empresa, Alimentos Lácteos, na que se uniron varias cooperativas leiteiras que agrupaban un milleiro de explotacións de toda Galiza (ver Fouce 298, páxina 22). Precisamente, Eugenio Montero, tenente de alcalde do PP en Touro, foi o máximo responsable como xerente e presidente, nas crebas de Alimentos Lácteos e La Arzuana, respectivamente.

A finais de setembro, o Sindicato Labrego Galego denunciaba publicamente que os socios e socias de La Arzuana levaban varios meses sen cobrar o leite, acumulando algunha das persoas afectadas até 4 entregas sen ingresar un euro e con cotizacións de 27 céntimos .

Esta situación insostible de impagos e prezos miserentos, fixo que moitos socios e moitas socias optasen por abandonar a cooperativa nos últimos tempos. Na súa última asemblea, celebrada o 29 de setembro, e con só 61 gandeiros e gandeiras presentes dos máis de 200 que había, La Arzuana declaraba o cese da súa actividade e poñía fin a unha traxectoria iniciada en 1974 e que foi unha referencia para as explotacións leiteiras da comarca de Arzúa cunha fábrica de queixos que producía Tetilla, Arzúa-Ulloa, un semicurado con fermento de Parmesano e queixo en barra. La Arzuana achegou a Alimentos Lácteos o 30% do capital e 250 socios e socias. A metade marcharon en canto se declarou o concurso de acredores de Alimentos Lácteos, en maio de 2013.

O Sindicato Labrego Galego celebrou, o 1 de outubro, unha xuntanza en Arzúa con socios e socias da Cooperativa La Arzuana afectados e afectadas polos impagos devanditos para prestarlles asesoramento xurídico. No encotro estiveron presentes o coordinador comarcal, Xulio Fernández, o avogado Ramón Barreiro e, por parte da Executiva, Xosé Ramón Cendán.

Xunta e Medio Rural deben amañar un problema creado por elas

No plano político, dende o SLG demandamos da Consellaría de Medio Rural que achegue solucións aos impagos que están a sufrir as explotacións lácteas afectadas polo ruinoso experimento político-gandeiro que foi Alimentos Lácteos, todas socias de cooperativas que, como La Arzuana, secundaron un proxecto instigado, politizado e avalado dende San Caetano e que rematou por arruinalas. Para o SLG, a Xunta e a Consellaría de Medio Rural son as responsables directas desta crise que afecta a un milleiro de explotacións lácteas en toda Galiza por argallar que a xestión da planta de envasado de Pascual fose parar a mans de cooperativas dirixidas por políticos vinculados ao PP. Se a Xunta foi quen de desbaldir ao redor de 9 millóns de euros de diñeiro público en financiar o afundimento de Alimentos Lácteos con préstamos que nunca recuperará, por decencia debería poñerse á fronte desta crise e reunir aos gandeiros e gandeiras damnificadas para buscar canda eles e elas unha solución ao seu problema de cara a que cobren canto antes os cartos que se lles debe e para que non apanden cunha débeda millonaria da que non teñen culpa. Tamén, por decencia, debería dimitir o Conselleiro de Medio Rural que foi o impulsor deste desastre, o actual delegado do Goberno, Samuel Juárez.

VACÚN DE CARNE ▸ O consello regulador demandou da Xunta un Plan Estratéxico para a IXP sen que a Consellaría de Medio Rural fixese nada ao respecto a día de hoxe

Tenreira Galega cumpre 25 anos co reto de manterse viva en zonas desfavorecidas

A presenza do SLG, con vogais dende hai dezaseis anos, foi decisivo para manter unha aposta pola calidade e a tradición

A Indicación Xeográfica Protexida Tenreira Galega está a celebrar o seu 25 aniversario, neste 2014, cunhas cifras que avalan un traballo continuado que foi clave para consolidar unha produción gandeira de calidade con prestixio dentro e fóra da Galiza.

As estatísticas de 2013 dan unha precisa radiografía do que é esta IXP: 7.665 explotacións inscritas (o 77% na provincia de Lugo), 115.000 xatos rexistrados, 81.500 canles certificadas, 17.600 toneladas de carne comercializada por 98 millóns de euros en orixe, e 1.100 puntos de venta. Desa carne vendida, o 47% comercializouse en Galiza, o 52% no Estado (fundamentalmente en Levante, Cataluña e Madrid) e o 1% exportouse.

O SLG estivo implicado con esta IXP dende as súas orixes e, dende hai 16 anos, sempre tivo un vogal no seu consello. Primeiro, Xosé Álvarez Lombardero, gandeiro de Candelos (A Fonsagrada) que botou catorce anos; e agora, dende hai dous, Adolfo Cabarcos, que compaxina o traballo na IXP coa súa explotación en Xermade. Dende o SLG sempre defendemos as granxas tradicionais que hoxe abastecen a categoría Suprema de TG, e o traballo dos nosos vogais foi determinante nesta aposta. Adolfo Cabarcos explica que "de non ser por iso, as industrias terían tido vía libre para traballar a favor da produción intensiva. Grazas ao empeño de persoas como Xosé Álvarez Lombardero, hoxe temos un selo con prestixio, como Tenreira Galega Suprema".





O Sindicato Labrego Galego ten un vogal no Consello Regulador da IXP Tenreira Galega dende hai 16 anos, Xosé Álvarez Lombardero, á esquerda, estivo durante 14 anos; mentres que Adolofo Cabarcos, á dereita, tomou o relevo hai dous

A crise impide subir os prezos a pesares do notable incremento nos custes de produción

Tanto Cabarcos como Lombardero coinciden á hora de valorar positivamente estes 25 anos de Tenreira Galega, pois "logrou situar no mercado unha carne de calidade contrastada", segundo Cabarcos. Para Álvarez Lombardero, esta IXP tivo unha importancia fundamental no fomento dun forte tecido cooperativo e asociativo ao redor da produción de carne de vacún e nunha fórmula de comercialización que non era habitual e que foi moi positiva para as explotacións. "O mercado da carne de vacún era", lembra o gandeiro da Fonsagrada, "moi escuro e proclive á especulación. Grazas a Tenreira Galega acadamos unha maior transparencia na comercialización. Quen producimos para a IXP sabemos o que imos cobrar polos nosos becerros e temos uns prezos estables durante todo o ano, sen grandes altibaixos. É certo que ese prezo non é todo o satisfactorio que quixeramos, pero tampouco sufrimos esas fortes caídas de valor que adoitaba a haber antes da IXP".

Se cadra, esta última cuestión, a do prezo, sexa unha das materias pendentes en TG, que coa crise actual se atopa atrapada nunha dicotomía: por unha banda, os custes de produción que leva canda si unha produción de calidade baseada na alimentación natural dos becerros (aleitado, cereais e forraxes propias) non pararon de incrementarse por factores como o encarecemento dos insumos e os ataques da fauna salvaxe,o cal debería traducirse nun aumento do valor da carne. Pero, por outra banda, o poder adquisitivo das familias caeu por mor da crise, polo que se as explotacións soben a carne, o prezo final sería moi difícil de custear para a xente con poucos recursos.

SEGUE ▸

Medio Rural deixa sen resposta un plan estratéxico para as zonas desfavorecidas

Dos retos cos que se está a enfrontar a IXP, destaca a crise de despoboamento e abandono que sofren as zonas desfavorecidas de montaña, onde se concentran o meirande das explotacións que producen Tenreira Galega Suprema. Adolfo Cabarcos saca a colación un encargo que se lle fixo dende a IXP á Consellaría de Medio Rural vai agora para dous anos: a creación dun plan estratéxico para apoiar estas zonas desfavorecidas e as producións gandeiras que aínda sobreviven nelas como única actividade económica. "Trátase de explotacións esenciais para manter habitadas amplas bisbarras da nosa xeografía que, sen a súa presenza, ficarían completamente despoboadas. Sen un plan de apoio específico, a tendencia seguirá a ser o abandono da actividade e o despoboamento".

No Informe de Actividade 2013 da IXP, fálase textualmente da necesidade dun "Plan Estratéxico Sectorial, que a IXP solicitou ás administracións públicas en 2013, sen obter resposta". Mais, como vén sendo costume da Consellaría de Medio Rural, solucionar os problemas máis relevantes do campo e dos nosos sectores produtivos non vai con ela.

A especialización das granxas de leite fai caer a produción

Entre os problemas actuais da IXP tamén figura unha caída da produción que pode provocar episodios de desabastecemento nos matadoiros debido á alta especialización cara á que van as granxas leiteiras. En efecto, cada vez máis explotacións lácteas cruzan só reses de frisoa, cuxos becerros non ampara TG, ao contrario do que acontecía antes, cando se cruzaba a raza frisoa con outras de aptitude cárnica.

Outra materia pendente, segundo Lombardero, consiste en "educar aos consumidores e consumidoras para que saiban diferenciar as distintas calidades dentro da IXP, para que saiban que os becerros con cualificación Suprema son aleitados dende que nacen e completan a súa alimentación con cereais, por exemplo. **FIN ■**



En Rías Baixas, o clima obrigou a dar máis tratamentos ás vides, o que aumentou os custes. Isto, unido á menor colleita, debería aumentar o prezo da uva na D.O., pero hai adegas que porfían en pagar menos de 1 euro por quilo de Albariño

VIÑO ▸ O meirande das adegas das cinco denominacións de orixe galegas non formalizaron contratos e non pagarán a uva no prazo obrigatorio de 30 días

Violación xeneralizada da Lei da Cadea Alimentaria na vendima 2014

A Consellaría de Medio Rural foi cómplice no incumprimento das normas ao porfiar no seu abandono de funcións

Na Galiza, a primeira vendima que se debería rexer pola Lei da Cadea Alimentaria, resultou ser unha violación xeneralizada deste texto lexislativo por parte das adegas. Diante do incumprimento flagrante da lei e da indefensión do sector viticultor, a Consellaría de Medio Rural mirou cara a outro lado e non fixo nada.

A xeito de recordatorio, lembramos que a Lei da Cadea Alimentaria, en vigor, obriga a formalizar contratos entre adegas e produtores/produtoras antes de recoller a uva. Eses contratos deben marcar un prezo fixo con variables que respondan a criterios obxectivos e verificables. Ademais, tamén é obrigatorio pagar os produtos frescos e perecedoiros, como a uva, nun prazo de trinta días contados dende a entrega.

O incumprimento da nova normativa pode sancionarse con multas que van dende 30.000 a 1 millón de euros. Sen embargo, isto non semella preocupar ás adegas galegas que, no meirande dos casos, non formalizaron ningún tipo de contrato e levaron as uvas sen fixar un prezo previamente cos viticultores e viticultoras. En canto ao prazo de pagamento, como ben sabemos, moitas pagarán máis dun ano despois de levar a uva.

Neste contexto, a posición da Consellaría de Medio Rural foi aquela á que xa nos ten afeitos e afeitas: non facer absolutamente nada, mesmo incumprindo compromisos adquiridos en denominacións de orixe como Rías Baixas. Deste xeito, Medio Rural non convocou ningunha mesa do viño, non tutelou a formalización de contratos e non vixiou nin está a vixiar o cumprimento da Lei da Cadea Alimentaria. Se este abandono de funcións xa é grave, máis grave foi en Rías Baixas onde, ademais, se comprometera a convocar unha mesa do viño a comezos de ano para analizar cuestións como os custes de produción de cara a fixar un prezo mínimo obxectivo. Trala denuncia e presión das organizacións agrarias, Medio Rural mantivo unha xuntanza con elas na que copiou e pegou o compromiso deste ano para tentar cumprilo en 2015; mais, visto o visto, confianza en que Medio Rural convoque ao sector a comezos do ano que vén, ningunha. No resto de denominacións de orixe, a Consellaría estivo totalmente desaparecida. **SEGUE ▸**

“O abandono das denominacións de orixe por parte de Medio Rural é de escándalo”

Ribeiro

No Ribeiro, apañáronse este ano 11'7 millóns de quilos de uva por parte de 110 adegas, o 94% da cal foi de variedades brancas. A abundancia de choivas en agosto e setembro botou a perder parte da colleita, que minguou un 15% respecto das previsións iniciais. O noso responsable da Dirección do Viño do SLG e vitivinicultor nesta denominación de orixe, Bernardo Estévez, confirmounos que foi “un ano duro en enfermidades da viña que as choivas, no tramo final de setembro, complicaron aínda máis, estragando parte da colleita”.

En canto á venda da uva, Bernardo denuncia que “un ano máis, a vendima no Ribeiro fíxose sen un contrato homologado que puxese un prezo digno e de referencia para as uvas de caste. Nin tan sequera se xuntou a mesa do viño. O abandono á súa sorte desta e outras denominacións de orixe por parte da Consellaría do Medio Rural está sendo de escándalo. Estamos ante un descarado desmantelamento do tecido económico da provincia de Ourense”. Con este panorama, “os prezos seguiron a tendencia do ano pasado, á baixa, entre 60 e 80 céntimos por quilo de Treixadura de calidade media. Estes prezos non cobren, nin sequera, os custes de produción. As consecuencias de todo isto serán máis abandonos de viñas para a próxima campaña, pois a xente xubilada non pode traballalas e a súa pensión xa non dá para cubrir os gastos da actividade vitícola; en canto á xente nova, nin se achega ás viñas, pois saben que non só non van gañar nada, senón que o máis probable é que perdan tempo e cartos”.

Rías Baixas

En Rías Baixas a produción baixou un 27'84% con respecto a vendima pasada, ficando en 24.180.221 quilos de uva nas 4.027 hectáreas inscritas. Previamente á vendima, e tal como informamos no anterior Fouce, as organizacións agrarias denunciamos o incumprimento de tódolos compromisos da Consellaría de Medio Rural, que tiña na súa axenda convocar mesas do viño nesta D.O. coa suficiente antelación como para realizar un estudo que permitise facer unha valoración obxectiva dos custes de produción de cara a formar un prezo de consenso. Ao final, diante das denuncias das organizacións agrarias, Medio Rural mantivo unha xuntanza de última hora con elas, o 26 de setembro e, o 2 de outubro, os propios sindicatos acordabamos fixar os custes de produción entre 1'10 e 1'25 euros o quilo. “Algunhas adegas pagaron prezos máis ou menos decentes, entre 1,30 e 1,40 euros por quilo de Albariño, pero a maioría dos viticultores e das viticultoras entregaron a uva sen saber o prezo nin cando llela van pagar. Daquela, seguimos a sufrir unha posición de abuso por parte do meirande das adegas en Rías Baixas”, valorou o noso coordinador no Baixo Miño, Salvador Martínez

Respecto aos prezos, Salvador cre que “os custes de produción foron moi elevados, xa que as adversidades climatolóxicas obrigaron a facer máis tratamentos. Isto, unido á baixada da produción, debería facer que os prezos subisen; sen embargo, sabemos que hai adegas que pretenden pagar a uva Albariño a menos de 1 euro”.

Do mesmo xeito que Bernardo Estévez, Salvador denuncia que “a Consellaría estivo desaparecida. Nin sequera diante das nosas denuncias de incumprimento da Lei da Cadea Alimentaria por parte das adegas. Dende Medio Rural admiten que é imposible que as adegas paguen a 30 días, polo que a propia administración se converte en cómplice do incumprimento da lei. En canto á cuestión dos custes, como é un cálculo que fixemos dende as organizacións agrarias para suplir o abandono de funcións de Medio Rural, non serve como referencia oficial. Neste senso, a Consellaría de Medio Rural volveu comprometerse a convocar a mesa do viño a comezos de 2015, mais vendo os antecedentes deste ano cómpre non fiarse. En calquera caso, dende o SLG vixiaremos se cumpre este compromiso”.

Ribeira Sacra

Na Ribeira Sacra, recolléronse 4.771.170 quilos de uva que responderon ás previsións iniciais do Consello Regulador. En canto ás incidencias da vendima na Ribeira Sacra, a nosa coordinadora na comarca de Chantada, Belén Ledo, explica que, este ano, “volveu a haber adegas que deixaron de recoller a uva do mesmo xeito que o ano pasado. A xente afectada buscou saída por outro lado a prezos lixeiramente inferiores, ao redor de 80 céntimos por quilo a uva Mencía, cando o valor de referencia para esta caste na D.O. é 1 euro. Houbo casos de explotacións que deixaron de vender a adegas como Reitoral de Amandi porque esta deixou de poñer puntos de recollida, e agora hai que levarlle as uvas a Sober”. Outro dato a ter en conta, comenta Belén, “é que o feito de ter centrado a reestruturación nesta D.O. en castes como a Mencía, fai que agora estean moi solicitadas outras variedades con menos superficie de viñedo, como a Godello (241.855 quilos vendimados) ou a Garnacha (218.729 quilos), o que fixo que houbese cotizacións de 1'40 euros para a primeira delas”.

Valdeorras

Esta denominación de orixe saldou a súa vendima con 6.392.821 quilos de uva recollidos, dos cales un 71% correspondeu a variedades preferentes (2.568.949 quilos de Godello e 1.900.386 quilos de Mencía). Tamén destacaron castes como a Merenzao, que con 13.515 quilos triplicouse con respecto ao ano pasado, ou a Sousón, que aumentou un 70% ao acadar 24.461 quilos.

Para a nosa coordinadora en Valdeorras, Ángeles Rodríguez, “a uva deste 2014 obtivo un estado fenolóxico moi aceptable, a excepción das vendimas tardías de finais de setembro que, por mor da choiva, baixaron a uva entre1 e 2 grados. A media de grao estivo entre 10 e 12. En canto aos prezos, o acordo existente sitúa o valor da Mencía e da Godello en torno a 1 euro. Até onde puidemos saber, non hai impagos de vendimas anteriores e os prazos de pagamento están a ser como en vendimas pasadas: unha parte antes de Nadal e o resto a mediados de 2015. Polo demais, a uva entrou en adegas e cooperativas con moi boa calidade, porque este ano case non houbo incidencias de enfermidades comúns, como Mildeu, Botrite ou Black Rot, polo que o estado fitosanitario foi moi aceptable”.

Monterrei

Monterrei tivo a maior colleita da súa historia, con 2'8 millóns de quilos de uva, cifra que reflicte a expansión desta D.O., que incrementou a superficie de viñedo en 38 hectáreas e inscribiu unha adegas máis con respecto á campaña pasada. A incidencia máis destacada foron as choivas en plena vendima, que obrigaron a acelerar a entrada de uva para evitar que se deteriorasen os acios.

En canto aos prezos, e segundo informaron viticultores da zona, vanse pagar as variedades brancas, como Treixadura e Verdello, a prezos que oscilan entre os 60 e 70 céntimos, mentres que as uvas tintas cotizaron ao redor do 50 céntimos. **FIN ■**

RISCOS LABORAIS ▸ Un terzo do parque móbil agrícola desta denominación de orixe non está homologado coa normativa da Unión Europea en materia de seguridade

A obsolescencia dos tractores é un dos principais factores de risco en Valdeorras

A enxeñeira agrónoma, Mónica Vázquez, presentou os resultados dunha enquisa feita na Asociación de Viticultores Sil-Valdeorras



Mónica Vázquez presentou os resultados do seu estudo en Valdeorras, o pasado 24 de outubro, xunto ao especialista en riscos laborais do SLG, Antonio Ferreiro

O Sindicato Labrego Galego presentou, o 24 de outubro, no Barco, un estudo centrado na seguridade e riscos inherentes á actividade vitivinícola na denominación de orixe Valdeorras. Trátase dun extenso informe realizado pola enxeñeira agrónoma, Mónica Vázquez Blanco, en base a una enquisa realizada aos socios e socias da Asociación de Viticultores Sil-Valdeorras que, pola súa diversidade en dimensión e métodos de traballo reflicte dun xeito moi aproximado a realidade máis ampla da denominación de orixe Valdeorras.

O estudo revela a avanzada idade media dos traballadores e traballadores do sector, pois o 51% das persoas enquisadas leva máis de 21 anos traballando nos viñedos. Trátase dun moi masculinizado, en xeral, no que as mulleres traballan na viña en labores moi puntuais e moitas non conducen o tractor.

O 94,3% das explotacións enquisadas teñen tractor, remolque, arados, ganchos, fresas e cisterna. Isto é importante, pois o tractor é a maior fonte de accidentes. O estudo revelou tamén que ao redor do 30% da maquinaria agrícola usada nesta DO non está homologada coa normativa da Unión Europea e que o 35% dos tractores non dispoñen de cabina, sistema para evitar envorcos, mecanismos para absorber vibracións, nin sinais de aviso necesarias, o que supón un serio perigo para a terceira parte dos viticutores e viticultoras da DO.

A obsolescencia dos tractores dase en toda Galiza

Estas porcentaxes son extensibles ao resto de Galiza, cun parque móbil de tractores no que máis do 31% ten máis de 20 anos. Hai que ter en conta, segundo informou Antonio Ferreiro, especialista en riscos laborais no SLG, os accidentes de tractor son a principal causa de mortalidade na actividade agraria. "No que levamos de ano xa rexistramos 17 mortos en toda Galicia na actividade agropecuaria, dos cales 14 foron por envorco de tractor, e aínda nos quedan 2 meses e medio por diante, co cal é de temer que finalmente nos movamos en torno a 20 falecidos no sector. No período do que nos temos datos (2004-2014), estamos achegándonos aos 200 mortos".

Respecto disto último, Antonio Ferreiro denunciou o desfase entre a siniestralidade no sector recoñecida polas institucións e a que acontece na realidade, pois "só tendo unha imaxe real da siniestralidade no sector podemos encarar con mellor coñecemento das causas para solucionar problema". Neste senso, puxo un exemplo diáfano: este ano as vítimas por accidentes laborais no agro andarán ao redor das 20, unha media anual que se cumpre fatidicamente na última década; sen embargo, as estatísticas oficiais de 2013 reflicten só 4 persoas falecidas por accidente laboral no sector agrario.

O 40% recoñece non usar máscara nin gafas protectoras cando aplica fitosanitarios

Outra fonte de riscos, segundo o estudo de Mónica Vázquez, é a manipulación de substancias nocivas ou tóxicas, como fitosanitarios, usadas en maior ou menor medida polo 100% das persoas enquisadas. O meirande, un 62,9%, dan entre 4 e 5 aplicacións con fitosanitarios por campaña. En canto aos equipos de protección individual (EPI), o 100% utiliza as luvas e o 91% un traxe protector. A partir de aí, o uso doutras prendas EPI recomendadas decae: só o 60% utiliza máscara filtrante e gafas. Neste senso, o 22,9% das persoas enquisadas recoñeceu sentir proído nos ollos tras sulfatar con xofre, e o 14,3% ter algún tipo de irritación tras aplicar fitosanitarios.

O estudo tamén recompilou datos dos factores psicosociais que poden afectar dalgún xeito aos viticultores e viticultoras de Valdeorras. Nunha D.O. na que case a metade dos e das profesionais do sector entregan a uva a algunha das tres cooperativas e case a outra metade lla vende a adegas privadas ou a utiliza para fins propios, o 31'4% denunciou a falla de estabilidade nos prezos, e case un 23 % a dificultade para cobrar. Isto provoca inestabilidade na viticultura como actividade profesional, feito agudizado polos problemas para ampliar os viñedos: o 30% da mostra tivo atrancos para aumentar a superficie da explotación, debido no 70% dos casos á especulación da terra e no 20% aos dereitos de plantación

Polo demais, ningunha das persoas enquisadas padecía enfermidade profesional recoñecida e unha parte importante consideraba como o peor do seu traballo os esforzos físicos a realizar (40%); as posturas que deben adoptar (31,4%); ou a monotonía, a cantidade de traballo ou a imposibilidade de ampliar a explotación (20%). Finalmente, o 82,9% afirmou sentirse satisfeito coas condicións de traballo da súa profesión.

SECTOR LÁCTEO ▸ Varias empresas esgrimen o punto crioscópico para minguar o valor do produto, sendo o gando alimentado en pastos naturais o máis prexudicado

A industria castiga a gandería máis sostible baixándolle os prezos do leite

O nivel de lactosa tamén foi utilizado por Rio para deixar de recoller en moitas explotacións coas que tiña asinado contrato



Isabel Vilalba e Mariano Pazos denunciaron as novas estrataxemas da industria láctea galega para baixar aínda máis os prezos

A secretaria xeral do Sindicato Labrego Galego, Isabel Vilalba Seivane, e o integrante da Executiva do SLG, Mariano Pazos Currais, ofreceron, o 22 de outubro, unha rolda de prensa para denunciar as estrataxemas da industria leiteira de cara a impoñer unilateralmente baixadas de prezo que sitúan ao leite producido no noso país como o peor pagado do Estado e un dos menos retribuídos da Unión Europea.

En efecto, nos últimos tempos as industrias están a argumentar rebaixas no prezo que pagan polo leite por criterios técnicos como o nivel de lactosa ou o punto crioscópico. No primeiro dos casos, Leite Río enviou unha carta ás explotacións que lle fornecen informándolles que deixara de recollerlles o produto se pasan do 4'8% de lactosa. Se esta medida arbitraria, que probablemente só busca anular contratos de xeito unilateral para poder rebaixar prezos, merece o máis absoluto rexeitamento, resulta especialmente vergoñento a utilización do punto crioscópico do leite por varias empresas para rebaixar os prezos, xa que castiga ás ganderías alimentadas con forraxes e pastos naturais.

Como ben saben as nosas explotacións, o punto crioscópico fixa cando se conxela o leite e serve para medir a presenza de auga. O Laboratorio Interprofesional Galego de Análise do Leite (Ligal) teno fixado en -512. O punto crioscópico serve para evitar a adulteración de leite ao mesturalo con auga, xa que a presenza desta última faría que ese punto crioscópico se achegase máis a 0°. O problema é que o leite das vacas que pacen herba, sobre todo despois das intensas choivas dos últimos meses e normalmente no noso clima, ten unha maior presenza de auga precisamente pola súa alimentación natural, pero sempre dentro dos estándares de calidade marcados polo Ligal. Sen embargo, as industrias veñen de crear os seus propios criterios de aplicación do punto crioscópico para argumentar baixadas de prezos inxustificables no actual contexto de mercado, e están penalizando a aquelas explotacións que apostan polo pastoreo en praderías e que son máis sostibles dende o punto de vista ambiental, económico ou de xestión do territorio.

Ademais, este modelo produtivo non está sometido aos riscos inherentes de alimentar o gando con pensos elaborados maiormente con soia e cereais transxénicos cultivados en América ou con grans importados en grandes continxentes por transporte marítimo en longas travesías que favorecen a posibilidade de fermentacións nocivas como as aflatoxinas.

Os prezos na Galiza seguen á cola de Europa e son os máis baixos o Estado

Artimañas como as devanditas están a facer que na Galiza sigamos á cola do Estado e da Unión Europea no que se refire ao valor do leite. Con datos de setembro, o prezo medio na Galiza situábase nos 33'59 céntimos por litro, cando só os custes de produción no sector lácteo están por riba dos 37 céntimos. Coma sempre, este prezo medio é enganoso, xa que as explotacións que producen 300.000 quilos ou menos -o 80% das granxas leiteiras en Galiza- cobraron un prezo medio de 31,7 céntimos, valor que, a falla de coñecer os datos oficiais publicados pola Consellaría de Medio Rural, aínda baixou máis en outubro.

Este nivel de prezos e a súa constante caída contrasta co resto do Estado, onde o valor do leite se mantivo estable en agosto e a uns niveis moi por riba dos prezos percibidos na Galiza: Andalucía, 38 céntimos; Navarra, 37; Asturias e Euskadi, 36; ou Cantabria, 34 (o prezo medio no Estado foi de 36'81 céntimos en agosto).

Se nos comparamos coa Unión Europea, entón xa é para chorar, pois segundo os datos da Comisión o prezo medio en agosto foi de 37,16 céntimos. Entre os principais países produtores, o leite pagouse a un prezo medio de 37 céntimos en Alemaña e Francia; 39 céntimos no Reino Unido; ou 41 céntimos en Italia.

SEGUE ▸

Seguimos sen políticas decididas que enfronten o problema dos prezos

En canto ás medidas coas que a administración enfronta esta problemática, non están a servir de nada. Nun comunicado recente, a Consellaría de Medio Rural falaba de ter asinado un convenio con Cantabria para vixiar o cumprimento dos contratos no sector, de facer políticas activas para dotar de base territorial ás explotacións a través da Lei de Mobilidade de Terras, ou de ter impulsado unha aplicación informática para calcular referencias de cara negociar e fixar prezos. Mais a Lei de Mobilidade de Terras fica en papel mollado ao haber outros textos lexislativos, como a Lei do Solo ou o Plan Sectorial de Actividades Extractivas, que desprotexen a terra agraria; e a ferramenta de cálculo , chamada Xacobea e presentada o 28 de maio, non ofrece ningunha garantía de que as referencias que dea vaian servir para fixar prezos que cubran os custes de produción e os beneficios das explotacións e, aínda que o fixese, non existe ningunha lei que obrigue á industria a aceptar os prezos recomendados. En canto ás inspeccións para garantir o cumprimento dos contratos, no sector sabemos que estes documentos están a ser redactados e impostos unilateralmente polas empresas que recollen o leite e obedecen unicamente aos seus intereses, fixando os prezos e as condicións que mellor lles conveñen. Deste xeito, se a Consellaría de Medio Rural intensifica as inspeccións para garantir o cumprimento destes contratos sen que haxa unha lexislación que garanta unha negociación equilibrada entre as dúas partes, estará actuando como xendarme dos intereses da industria.

A falta de efectividade da Consellaría de Medio Rural e do Ministerio de Agricultura contrasta coas medidas adoptadas en países veciños coma Francia, onde o goberno vén de publicar unha lei que obriga a negociar para revisar á alza os prezos do leite en caso de que haxa un aumento obxectivo dos custes de produción. Para Isabel Vilalba, "as medidas desenvolvidas pola Consellaría de Medio Rural ou polo Ministerio de Agricultura non son suficientes, polo que reclamamos da administración unha posición máis clara, contundente e eficaz nesta problemática". **FIN ■**

PATACA ▸ Como noutros sectores, a deixadez de funcións da Consellaría de Medio Rural deixa ao sector orfo e ao arbitrio dos almacenistas

As patacas da Limia acadan marxes do 1.600% entre orixe e destino

As choivas durante a colleita obrigan a vender rápido e deixan a moitas explotacións sen a baza da almacenaxe

No sector da pataca, as previsións que adiantabamos no Fouce 303 estanse a cumprir. Houbo unha produción grande, tanto aquí como no resto de Europa e, ao tratarse dun sector que non está regulado, estamos a ter os mesmos problemas de sempre: aumenta a oferta polo exceso de produción mentres que a demanda segue a ser a mesma e, polo tanto, os prezos caen. Un bo exemplo disto é que, na propia Limia, as patacas estanse pagando en orixe entre 3 e 7 céntimos por quilo -algo máis para o produto de calidade superior, con pequenas partidas que están a acadar valores superiores a 14 céntimos-, mentres que nos supermercados da bisbarra non baixan de 50 céntimos. Isto dá como resultado un diferencial nas marxes comerciais entre orixe e destino das patacas peor pagadas superior ao 1.600%.

Neste intre están tendo saída as patacas baixo contrato, e aínda que estipulen sobre o papel prezos máis ou menos decentes, despois os almacenistas báixano ao desbotar parte da pataca mercada no proceso de destrío por mor do seu estado, calibre, forma, etc.

A maiores, segundo nos conta un dos coordinadores do SLG na Limia, Anxo Pérez Rúa, "aquí tivemos o problema engadido de que choveu no momento da colleita. Como a pataca producida na Limia é para conservación, estas choivas obrigaron a almacenar cun alto grao de humidade, o cal pode provocar a perda de parte da produción. Este factor obriga aos produtores e produtoras a vender a pataca como sexa, algo moi difícil porque non hai demanda. O problema, agora mesmo, vai máis alá dos prezos miserables aos que cotiza a pataca; cómpre vendela canto antes porque o tempo de conservación diminuiu considerablemente. Esta situación agravarase aínda máis en canto comecen a entrar as patacas francesas no noso mercado".

"Coma sempre", quéixase Anxo, "a única solución aos eternos problemas do sector pasa pola regulación do mercado: políticas que incentiven o consumo da pataca de aquí, control da fraude con respecto á procedencia, compra pública para comedores e bancos de alimentos, aplicación da Lei da Cadea Alimentaria para impedir prezos en orixe por baixo de custes de produción e ingreso dos pagos en 30 días, etcétera. Mais non temos noticia de que a Consellaría de Medio Rural fixese nada ao respecto".

SECTOR LÁCTEO ▸ A enteireza dos produtores e produtoras do SLG que se atreveron a denunciar obriga á firma de Sigüeiro a pechar o conflito

Lácteos Tambre acaba de abonar os pagos pendentes coas explotacións

O conflito con Lácteos Tambre chegou á súa fin tras tres anos de litixios dende que, a comezos de 2011, este primeiro comprador de leite deixase sen pagar varias entregas a numerosas explotacións. Aínda que foron moitas as granxas afectadas, só se atreveron a denunciar nove delas, asesoradas polos servizos xurídicos do Sindicato Labrego Galego. A comezos de novembro, e grazas á súa valente teimosía, remataron por cobrar os últimos cartos que tiñan pendentes. A maiores, tamén se lle cargaron a Lácteos Tambre os xuros e as costas xudiciais de todo o proceso, que lle supuxeron 8.000 euros a maiores do pagamento das entregas de leite.

Por outra banda, Logística Alimentaria, empresa do clan familiar que ten Lácteos Tambre, asociouse con outros empresarios para adquirir a planta de envasado de Pascual en Outeiro de Rei (Lugo) por 10 millóns de euros. Segundo informaron os medios de comunicación, seguirán dedicándose a mercar leite para fornecer á industria, sen envasar marcas propias. Dende o SLG, estaremos vixiantes para que estes empresarios non volvan estafar as familias gandeiras que lles venden o leite.

VENDA DIRECTA ▸ A falla de información sobre a nova normativa e as referencias erróneas sobre ela publicadas en varios xornais están a xerar unha grande confusión

A Consellaría de Medio Rural publica un decreto para regular a venda directa

O SLG tivo xuntanzas con produtores e produtoras para analizar o texto legal e informar sobre os seus aspectos máis importantes



No Sindicato Labrego Galego estivemos a analizar nas últimas semanas, xunto con produtores e produtoras que venden sen intermediarios, o Decreto 125/14 que regula a venda directa de produtos primarios dende as explotacións en Galicia, publicado pola Consellaría de Medio Rural no DOG o 30 de setembro.

Dende o SLG, consideramos que a Consellaría de Medio Rural debería realizar unha intensa campaña informativa e de acompañamento respecto da nova norma dirixida non só a produtores e produtoras, senón tamén a axentes que teñan unha implicación directa ou indirecta nesta cuestión como tendas ou concellos, por exemplo.

Dende a publicación do decreto, estase a xerar unha grande confusión que entorpece o que debería ser o obxectivo fundamental deste regulamento: facilitar e apoiar ás produtoras e produtores de alimentos na Galiza para que os seus produtos teñan maior presenza nos mercados de venda directa, nos comedores escolares e resto de institucións, nas tendas, etcétera.

A Xunta debe apoiar de xeito decidido a venda de produtos agrarios e gandeiros directamente ás persoas consumidoras ou a través de circuítos curtos de comercialización. Trátase dunha modalidade con múltiples avantaxes, pois facilita a chegada á cidadanía de produtos frescos, de tempada e de moita calidade; e xera un maior valor engadido, tanto para as persoas consumidoras como as produtoras, posto que se reduce o número de intermediarios e crea novas oportunidades de emprego nas diferentes comarcas e zonas rurais galegas. Ademais, a aposta pola venda directa implica un considerable aforro enerxético e unha diminución das emisións de contaminantes, en comparativa coa importación de aliementos producidos a miles de quilómetros.

Para que isto sexa posible, cómpre que as normativas que regulen a venda directa estean adaptadas á realidade da produción labrega, de xeito que se evite que, por unha excesiva burocratización, polos altos custes ou pola adopción dunhas normas máis adaptadas á produción industrial que á produción labrega, os regulamentos se convertan nun grave obstáculo para un xeito de comercialización que reporta numerosos beneficios e que ten unha grande implantación en países comunitarios como Francia, Austria ou Bélxica.

Dende o SLG, entendemos que a normativa que desenvolve a venda directa das producións primarias debe constituír unha garantía para a consumidora e o consumidor finais, e unha protección e defensa das labregas e dos labregos e da súa profesión. Tamén consideramos que a Consellería de Medio Rural debe ter en conta a realidade que temos nos nosos mercados de alimentos labregos, posto que moitas produtoras e produtores acoden a eles para vender excedentes da súa produción e axudar así a completar as súas rendas familiares. Por iso, dende o SLG velaremos para que este decreto non supoña un custe engadido en tempo e papeis para as persoas produtoras, e para que non incremente a importante carga burocrática e de traballo que aturan as nosas granxas.

O establecemento de relacións de confianza é a base sobre a que se fundamenta a venda directa, que se alicerza en relacións humanas que se constrúen día a día, máis alá de papeis e rexistros. Agardamos que esta esencia non se poña en perigo a través desta e doutras normativas que poidan vir.

Contra o que din os rumores, non hai que etiquetar os alimentos a granel

Polo que puidemos constatar, o apartado que máis dúbidas está suscitando deste decreto é o referente á etiquetaxe, obrigatoria para tódolos produtos envasados, pero que podería realizarse dun xeito sinxelo, posto que a norma explicita claramente que estes produtos se rexen polo presente decreto e están exentos da normativa que esixe ter rexistro sanitario.

En calquera caso, non se esixe etiquetaxe para os produtos a granel que, no caso da venda in situ, queda substituída pola información que proporcionará directamente o produtor ou a produtora ás persoas que lle merquen e, no caso de venda a pequenos establecementos, podería ser substituída por un documento que acredite a transacción onde aparezan os datos da granxa (unha factura, por exemplo). No caso de mercados, o produtor ou produtora deberá identificar debidamente o seu posto e os produtos a granel coa información alimentaria, o cal pódese facer dun xeito sinxelo a través dun simple rótulo ou cartel.

SEGUE ▸

Apuntes para coñecer o regulamento

O decreto 125/2014, do 4 de setembro, polo que se regula en Galiza a venda directa dos produtos primarios desde as explotacións á persoa consumidora final, publicouse no Diario Oficial de Galicia do 30 de setembro.

- O seu obxecto é regular na Galiza a venda directa de produtos primarios polos/as produtoras/es á persoa consumidora final, ou a establecementos de comercio polo miúdo para o abastecemento á consumidora final.
- Con este decreto créase dentro do Rexistro de Explotacións Agrarias de Galiza (REAGA) unha nova sección destinada á inscrición das explotacións acollidas ao réxime de venda directa (SEVEDI).

MODALIDADES DE VENDA DIRECTA

- Contémplanse 3 modalidades:

1) Venda in situ: Na propia finca do/a produtor/a.

2) Venda en mercados e feiras: Tanto ocasionais como regulares. Neste caso, poderán vender: o/a titular da explotación, un/ha parente en 1º grao, ou persoas empregadas na explotación.

3) En establecementos de venda polo miúdo: Tendas pequenas, restaurantes, comedores de empresas, restauración de institucións e outros servizos alimentarios similares.

REXISTRO DAS EXPLOTACIÓNS

- Para poder realizar a venda directa regulada neste decreto, os produtos deberán proceder de explotacións inscritas no REAGA, comunicando á Consellaría de Medio Rural a intención de inscribirse no SEVEDI.

CONTROL DA PRODUCIÓN

- As/os titulares das explotacións serán responsables da seguridade e inocuidade dos produtos que vendan. Aplicarán sistemas de autocontrol axeitados, para o cal poderán aplicar guías de boas prácticas de hixiene específicas que estean publicadas.
- Quen faga venda directa levará un rexistro básico cos seguintes contidos: produto vendido, cantidade, data e lugar de venda.
- No caso de venda polo miúdo, identificarase o establecemento.
- Este rexistro estará na explotación á disposición da autoridade competente e conservarase 2 anos mínimo.

PRODUTOS PRIMARIOS

- Os produtos primarios obtido na explotación do/a produtor/a que se poden vender de forma directa son:
  - -Mel, própole, pole, xelea real
  - -Ovos (excepto en establecementos de venda polo miúdo).
  - -Froitas e froitos silvestres.
  - -Legumes e hortalizas.
  - -Cogomelos (son os únicos que poden obterse fóra da explotación do/a produtor/a)
  - -Cereais.
- As cantidades de produto que poderá vender cada produtor/a serán as seguintes:

Produto	Unidade	Cantidade
Mel	kg	3.000
Pole	kg	450
Própole	kg	30
Xelea real	kg	10
Ovos	Ducias	1.000
Amorodo	kg exterior kg invernadoiro	5.000 10.000
Kiwi	kg exterior	13.000
Outras froitas	kg exterior	20.000
Hortalizas	kg exterior kg invernadoiro	20.000 40.000
Legumes	kg exterior kg invernadoiro	10.000 24.000
Pataca	kg exterior	20.000
Cogomelos	kg exterior kg invernadoiro	500 2.500
Cereais	kg	5.000

INFORMACIÓN ALIMENTARIA (ETIQUETAXE)

- Estes produtos primarios deberán de informar o seguinte nas súas etiquetas:
  - -Nome da persoa titular da explotación que fai a venda directa.
  - -Nº CEA.
  - -Enderezo da explotación.
  - -Identificación do produto.
- Na venta in situ, esta información proporcionada polo/a produtor/a pode ser oral.
- No caso de establecementos de venda polo miúdo, esta "etiqueta" poderá consistir no documento de comprar en que figure a información preceptiva (por exemplo, a factura de venda).
- Polo tanto, as etiquetas só serán precisas para os mercados ocasionais ou regulares, ou para os produtos envasados, e esta información aparecerá no envase ou ligado a este (por exemplo, no caso do mel ten que ir unha etiqueta no bote).

PROCEDEMENTO DE INSCRICIÓN

- A propia comunicación será condición suficiente para comezar a realizar a venda directa.
- Esta comunicación pode ser en formato papel ou en formato dixital na web da Consellería de Medio Rural. **FIN ■**



Nesta páxina e na anterior, xuntanza de produtores e produtoras no local do SLG de Compostela, o 14 de outubro, para analizar o decreto

SERVIZOS ▸ Diante da demora nas autorizacións para ter dereito ao bus

Denuncias do SLG solucionan fallos no transporte escolar do rural

O Sindicato Labrego Galego rexistrou, o 19 de setembro, coincidindo co inicio do curso escolar, un escrito diante da delegación territorial en Lugo da Consellaría de Educación para denunciar a demora na concesión de autorizacións de transporte escolar para o alumnado de BAC que viaxa cos rapaces e rapazas da ESO, e os graves prexuízos que isto está a causar a moitas familias.

No escrito presentado poñíase como exemplo desta deficiencia aos alumnos e alumnas de Muras que collen o transporte escolar en paradas como Campo da Balsa, Ponte da Balsa e Cadriño; e denunciábase que este atraso na concesión das autorizacións estaba a supor "un grave prexuízo ás familias", que tiñan que desprazar a diario aos seus fillos e fillas a distancias considerábeis, co correspondente gasto económico, perda de tempo e, mesmo nalgúns casos, xerando a imposibilidade de solventar esta carencia, xa que non todo o mundo dispón de medios para transportar rapaces e rapazas". Neste senso, o Sindicato Labrego subliñou casos que rozan o absurdo de familias "en que un fillo vai no transporte escolar e a outro non o levan, cando os autobuses van con prazas baleiras".

Por todo o devandito, o SLG pediulle no escrito á delegación territorial da Consellaría de Educación que axilizase as autorizacións para non seguir causando todos estes prexuízos ás familias afectadas. Finalmente, e nos casos concretos dos que tiñamos constancia, a denuncia tivo efecto e a Consellaría de Educación solucionou as concesións de autorizacións para o transporte escolar demandadas.

MARCHAS DA DIGNIDADE ▸ Nova mobilización para demandar políticas por parte dos gobernos que garantan pan, traballo e teito para toda a cidadanía

Chamamento para ocupar a praza do Obradoiro o vindeiro 29 de novembro

As sete cidades galegas viviron manifestacións simultáneas a comezos de mes para quentar os motores do 29-N





A Columna Galega das Marchas da Dignidade, apoiada polo Sindicato Labrego Galego, volveu convocar unha manifestación para incidir nas súas demandas que se resumen na frase "Pan, traballo e teito". E para reclamar isto, fai un chamamento á sociedade galega para ocupar a praza do Obradoiro, en Compostela, o vindeiro 29 de novembro. Previamente, o 6 de novembro, houbo manifestacións nas sete cidades galegas baixo o lema *"Camiñando cara ao 29-N"*

As organizacións que conformamos a Columna Galega das Marchas da Dignidade seguimos denunciando a situación de emerxencia social na que nos atopamos, cunhas taxas de desemprego, desigualdade e pobreza extrema resultado do réxime político que estamos a padecer e contra as que temos o deber de rebelarnos.

✔ Medio millón de persoas pobres na Galiza

Na Galiza, máis de 460.000 persoas viven por baixo do limiar da pobreza, que supera o 22% só na poboación infantil e que se viu agravada, nos últimos tempos, pola supresión de comedores escolares. As taxas de desemprego na Galiza chegan ao 22'3% da poboación activa e afecta á metade das nosas mozas e mozos (o 48'4% están en paro). A patronal aprovéitase da situación, con peores niveis salariais e condicións laborais das persoas contratadas e creando unha realidade na que atopar un emprego xa non é garantía de saír da pobreza.

En troques de solucionar toda esta desfeita, os gobernos de Madrid e Galiza aproveitan para recortar aínda máis os nosos dereitos e servizos básicos para a poboación como a saúde, a asistencia a persoas dependentes ou a educación; todos estes recortes aumentan exponencialmente para as persoas que vivimos no medio rural. Por todo isto, o SLG volverá apoiar as Marchas da Dignidade, desta vez para ocupar a praza do Obradoiro o vindeiro 29 de novembro.



O Sindicato Labrego Galego está a apoiar os diversos actos para promover a ocupación do Obradoiro. De arriba a abaixo, Xabier Gómez Santiso na presentación de Lugo, Isabel Vilalba na de Compostela, e cartaz de convocatoria do 29-N

MINARÍA SALVAXE ▸ Lugo acolleu o II Encontro sobre os Impactos da Minaría, onde se analizaron os principais conflitos abertos e novos xeitos de enfrontar este problema

contraMINAcción reafírmase na súa loita e solidarízase con Marcos Celeiro

Cementos Cosmos tenta amordazar ao noso compañeiro da Asociación O Iribio por denunciar a canteira ilegal de Vilavella



Margarida Prieto Ledo e Isabel Vilalba Seivane participaron na palestra sobre o conflito de Erimsa na Terra Chá, xunto a Rosa Morán de Juan Ramón Vidal Romaní

Se algo quedou claro no II Encontro sobre os Impactos da Minaría en Galiza é que todo o noso territorio está ameazado pola proliferación de proxectos mineiros en fase de permiso solicitado, concedido, de exploración, etcétera, que se suman ás explotacións de mineral xa en activo. E para iso, moitas empresas mineiras non só realizan a súa actividade saltándose a legalidade vixente e destruíndo espazos como solos rústicos de protección agropecuaria, reservas da biosfera ou Rede Natura; senón que, no caso concreto de Cementos Cosmos, tamén pasaron á represión dos e das activistas que denuncian estas ilegalidades. Ese foi o caso do noso compañeiro Marcos Celeiro, presidente da Asociación Cultural O Iribio, de Triacastela, que denunciou esta empresa por esdesenvolver a súa actividade sen os permisos e licenzas pertinentes e se atopou cunha demanda da cementeira de 45.000 euros máis as costas xudiciais do proceso, seica por "danos e prexuízos contra a súa honra".

Dende o II Encontro sobre os Impactos da Minaría en Galiza, tódalas organizacións e colectivos que formamos parte da Plataforma contraMINAcción, entre os que está o Sindicato Labrego Galego, solidarizámonos con Marcos e o resto de activistas do Iribio que están ameazados e ameazadas. Diante da actitude de Cementos Cosmos, dende contraMINAcción lanzamos unha mensaxe clara e inequívoca á patronal mineira: nin esta nin ningunha outra tentativa de amordazarnos van impedir que sigamos denunciando as ilegalidades que cometen nin o feito de que, coa complicidade do Goberno da Xunta, pretendan apropiarse do noso territorio para o seu lucro privado e a costa de destruír e envelenar o noso medio natural e atentar contra sectores produtivos vitais para a nosa economía como a agricultura, a gandería ou a pesca.

Precisamente, este último feito foi un denominador común das diversas análises que se fixeron no Encontro sobre porxectos mineiros como os que Erimsa pretende levar a cabo na Terra Chá ou Edgewater en Bergantiños, ou explotacións en marcha como a de Cementos Cosmos en Triacastela. Estes exemplos deixan ben claro que a destrución irreparable do noso patrimonio e dos postos de traballo que provoca a minaría salvaxe sáelle infinitamente máis cara á sociedade galega que os lucros particulares que obteñen desa explotación os accionistas dunhas empresas que, na maior parte, adoitan ser estranxeiras.

4.500 empregos da minaría na Galiza fronte a máis de 60.000 cotizantes á Seguridade Social Agraria

O Sindicato Labrego Galego tivo unha participación importante neste Encontro. Así, Margarida Prieto Ledo fixo memoria da loita na Terra Chá contra os proxectos mineiros de Erimsa; mentres que a secretaria xeral do SLG, Isabel Vilalba Seivane, interveu para denunciar unha dinámica global de acaparamento de terras que tamén afecta a Galiza. "Nos últimos anos", explicou Isabel, "máis de 45 millóns de hectáreas de terras que estaban en mans do campesiñado foron acaparadas por distintos proxectos financeiros e empresariais para fins como monocultivos para enerxía, produción industrial de alimentos, minaría ou simples investimentos de fondos de capital".

Poñendo o acento en terras galegas, Isabel Vilalba lembrou algúns dos proxectos mineiros que nos ameazan e as hectáreas que afectan: 6.000 hectáreas na Terra Chá, 8.000 hectáreas na comarca de Ordes, 400 hectáreas na Limia, etc. A secretaria xeral do SLG comparou estas cantidades coa base territorial media das explotacións galegas que, en 2010, non chegaba ás 8 hectáreas, tendo o 62'68% das granxas menos de 5 hectáreas.

Outro dato que achegou Isabel Vilalba foi o do emprego. Mentres que a minaría na Galiza emprega unhas 4.500 persoas, na Galiza hai 61.484 cotizantes á Seguridade Social Agraria, cifra que non contempla unha porcentaxe importante da poboación que realiza traballos agrarios a tempo parcial para obter ingresos complementarios; nin a miles de mulleres labregas que, aínda que traballan na explotación familiar, non cotizan nin son titulares; nin os empregos indirectos no sector: fabricación e venda da insumos e maquinaria agrícola distribución alimentaria, etc. Para o Sindicato Labrego, resulta inaceptable que a Xunta lexisle a favor dunha actividade que xera tan pouca riqueza e que é tan destrutiva como a minaría, a costa de deixar indefensa e sen base territorial a unha profesión, como a labrega, que estrutura e xestiona todo o territorio e xera unha riqueza sostible no tempo infinitamente superior á mineira.







La Despensa Femenina









Campesinas rediseñando el empleo

Catálogos de productos que enriquecen la oferta del turismo rural:
www.ladespensafemenina.coagmovil.org

CERES
CONFEDERACIÓN DE MUJERES DEL MUNDO RURAL

GOBIERNO DE ESPAÑA
MINISTERIO DE SANIDAD, SERVICIOS SOCIALES E IGUALDAD

POR SOLIDARIDAD
OTROS FINES DE INTERÉS SOCIAL









A secretaria xeral do SLG, Isabel Vilalba Seivane, foi a encargada de dar a benvida aos e ás participantes dun Seminario de agroecoloxía que combinou os debates e palestras na Casa da Terra (arriba) coas saídas de campo a mercados como o de Teo, ou ás granxas de Antonio Carral (O Alle, Lalín) ou Pura Seoane (Feáns, Vedra)

ALTERNATIVAS EN COMERCIALIZACIÓN ▸ Celebrouse entre o 26 eo 29 de setembro e centrou os debates ao redor da venda directa e os sistemas participativos de garantía

Galiza acolleu un seminario sobre como achegar alimentos labregos á cidadanía

Co SLG como organización anfitrioa, o evento desenvolveuse en parroquias de Antas de Ulla, Teo, Lalín e Vedra

Entre o 26 e o 29 de setembro, representantes de organizacións agrarias e de consumo procedentes de Austria, Alemaña, Holanda, Reino Unido, Francia, Noruega, Italia, Euskalherria ou Andalucía, reuníronse na Galiza para analizar experiencias e estratexias de cara a facer máis accesibles os alimentos que producen os labregos e labregas á cidadanía. E para abordar esta cuestión, o medio cento de persoas participantes debateron e reflexionaron, durante tres días, ao redor de dous temas: os circuítos curtos de comercialización, que reducen as distancias e os elos da cadea comercial entre as persoas que producen e as que consumen; e os sistemas participativos de garantía, que buscan establecer bases que permitan as relacións comerciais directas entre quen produce alimentos e quen os merca, ofrecendo garantías sobre os métodos de elaboración e cultivo sen depender de terceiras partes ou organismos alleos a esa relación.

Aínda que o lugar escollido para celebrar este foro foi a Casa da Terra, en Vilapoupre (Antas de Ulla), as persoas que participaron no seminario tamén fixeron saídas de campo ao Mercado do Alimento Labrego dos Tilos (Teo) e ás explotacións ecolóxicas de Antonio Carral (O Alle, Lalín) ou Pura Seoane (Feáns, Vedra).

O seminario rematou cunha intensa xornada de traballo no Hotel Congreso (Montouto, Teo), na que se elaborou unha táboa coas conclusións dos debates que compartimos con vós ao final desta reportaxe.

Xeitos de achegar os alimentos á cidadanía



JUDITH HITCHMAN ▸
Rede global URGENCI

Judith Hitchman traballa para Urgenci, unha rede internacional de apoio e promoción das CSA. As siglas CSA responden a Community-Supported Agriculture (Comunidades Mantedoras da Agricultura), e fai referencia a redes de persoas que se alían para apoiar a unha ou varias granxas e compartir con elas tanto os beneficios coma os riscos de producir alimentos.

Precisamente, Judith Hitchman tentou explicarnos o que é unha CSA, partindo da premisa da súa gran variedade de formas segundo o país onde se desenvolva. En cifras globais, hai máis de 11.000 CSAs que agrupan a case 1 millón de consumidores e consumidoras e 18.618 granxas en todo o mundo.

Dada a variedade das CSAs, Judith explicou os factores comúns que as definen. Un deles é o de compartir riscos: as comunidades de consumidores e consumidoras dunha CSA apoian ás explotacións cando hai malas colleitas, do mesmo xeito que se benefician cando as producións son extraordinarias. Na maioría dos casos, as CSA teñen fondos de solidariedade cos que se axuda a saír adiante ás granxas que teñen dificultades ou perden a colleita e, do mesmo xeito, se apoia con cestas gratuítas de alimentos a familias que por mor das circunstancias ficaron sen ingresos. Outras trazas características das CSA son a horizontalidade e a autoxestión: os grupos adoptan responsabilidades que van dende a distribución dos alimentos, até o apoio nos traballos agrícolas, organización de festas ligadas á colleita, etc.

Judith destacou que as CSA está a provocar cambios nas políticas locais, con concellos que se implican coa compra pública de alimentos e acadan obxectivos de soberanía alimentaria.



ISA ÁLVAREZ VISPO ▸
CSA NEKASAREA

Da experiencia Nekasarea xa nos falou Isabel Álvarez Vispo nunha entrevista publicada no Fouce 302 (páx. 32). Nekasarea sería o único CSA que hai activo no Estado español, e é unha rede na que interactúan 44 grupos de consumidores e consumidoras e labregos e labregas que engloba unhas 900 familias e 90 explotacións. Nekasarea leva oito anos funcionando e ten en particular, con respecto a outros CSA, que foi unha iniciativa xurdida dende unha organización agraria e non dende un grupo de consumo.

Algúns factores que explican o éxito desta experiencia son o escaso tecido agrícola en Euskadi (0'8%) en relación á densidade poboacional, o que fai que haxa poucas explotacións para fornecer un grande número de persoas; ou a estratexia de alianzas de EHNE Bizkaia con outras organizacións sociais, o que facilitou o espallamento do proxecto. Por outra banda, a crise fomentou o retorno de moitas persoas ao traballo da terra, sendo unhas 70 as novas incorporacións que viñeron da man de Nekasarea e tiveron garantida a estabilidade dende o primeiro ano de vida.

Isa Álvarez destacou outros aspectos de Nekasarea, como a posta en marcha de caixas de resistencia coa crise, de maneira que agora os labregos e labregas son os que buscan medios para facer máis accesibles os alimentos a quen menos recursos ten dentro da rede. Entre os desafíos, recuperar a participación activa das mulleres, que recuou moito por mor da crise e a incorporación dos homes desempregados ás explotacións que antes rexentaban en solitario as súas compañeiras. Se antes da crise, as mulleres labregas en Nekasarea eran o 70%, hoxe as actividades formativas están copadas por un 88% de homes.



DORA CABALEIRO ▸
Coop. RIBEIRA DO NAVIA

Dora Cabaleiro, a quen tamén entrevistamos no Fouce (nº 297, páx. 32), puxo o exemplo práctico e persoal de como achegar os alimentos labregos á cidadanía. Dora relatou os inicios da Cooperativa Ribeira do Navia, que creou xunto a outras compañeiras e compañeiros para producir alimentos e prestar servizos de construción e traballos agrícolas e forestais na beira illada do encoro de Navia de Suarna. No eido da alimentación adoptaron o nome de Ribeiregas e, ao comezo, tiveron que enfrontarse a dous problemas para poder ofrecer os seus produtos á xente: un era o illamento xeográfico e outro a paraxe da actividade no inverno. O segundo vencérono facendo provisión durante o ano para autoconsumo a través da elaboración de todo tipo de conservas, mentres que a superación do primeiro veu da man do Mercado da Terra, un punto de encontro semanal na praza de abastos de Lugo organizado polo Bandullo Ecolóxico onde as granxas orgánicas poden vender os seus produtos.

Outra experiencia novidosa na que participa Ribeira do Navia é a rede de troco asturiana Rastru, a máis achegada que teñen xeograficamente, coa que amais de intercambiar alimentos por servizos ou bens, tamén poden utilizar unha moeda propia para as transaccións que é o copín. Precisamente, o troco é unha ferramenta fundamental para Dora e os seus compañeiros e compañeiras de Ribeira do Navia, xa que os intercambios dos alimentos e labores que producen sérvenlles para acceder a produtos que eles e elas non poden cultivar nin elaborar, como aceite ou arroz, ou a servizos sanitarios alternativos aos que ofrece a Seguridade Social, como a medicina homeopática.

Os sistemas participativos de garantía (SPG)

Mamen Cuellar, profesora da Universidade de Córdoba e investigadora del Instituto Sociolóxico de Estudos Campesiños, falou da rede de produción e de consumo cordobesa que participou no desenvolvemento do primeiro SPG en Andalucía.

Aínda que ao comezo tiveron o apoio dos poderes públicos, despois a Administración abandonounos á súa sorte. Sen embargo, seguiron adiante e, dende hai cinco anos, manteñen un SPG autónomo en Córdoba autoxestionado que relaciona, en total, 10 granxas e medio cento de consumidores e consumidoras.

"Procuramos dende o comezo que ese proceso fose moi áxil e doado, adaptándose aos espazos asemblearios e de debate que xa existían na rede", explicou Mamen Cuellar. Así, cando se celebra unha asemblea mensual da rede, faise sempre na explotación dun membro da mesma, de maneira que tódalas persoas asistentes poden ver de que xeito produce e facerlle todo tipo de preguntas ao redor do seu modelo produtivo. "Trátase dun sistema áxil que está a funcionar moi ben", afirmou Mamen. Deste xeito, cada labrego ou labrega da rede acolle unha asemblea unha vez ao ano na súa casa, asemblea á que precede unha visita á explotación onde se lles ensina a tódolos membros os cultivos e estes poden facer as preguntas que queiran.

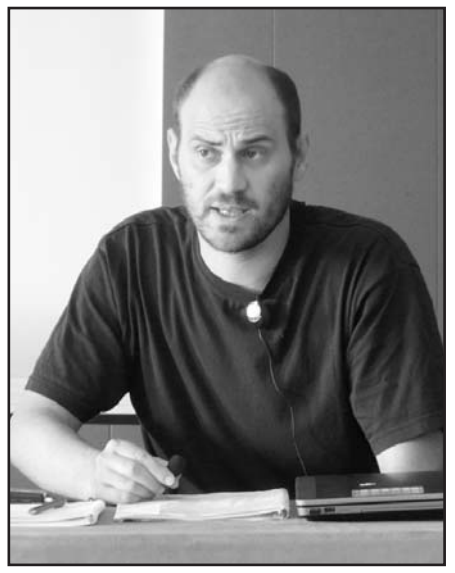
Respecto a estes controis, Mamen matizou que "cremos máis en procesos de transición que non en granxas que xa sexan agroecolóxicas 100% dende o comezo e respecten totalmente a nosa carta de principios. Aceptamos granxas que teñen a vontade de marcarse os nosos principios como horizonte, e facémoslles acompañamento no proceso para que o vaian acadando".



MAMEN CUELLAR ▸
SPG de Córdoba

Geoffroy Raout que explicou a experiencia de Nature&Progrès, unha rede francesa de persoas que producen e consumen alimentos ecolóxicos que é pioneira en Europa e funciona dende 1964. Durante medio século de traxectoria, Nature&Progrès foi un motor dinamizador da agroecoloxía en Francia e en Europa. Hoxe en día, Nature&Progres é unha rede na que están integrados 27 grupos de produción e consumo distribuídos por toda Francia, máis outro en Bélxica, e ten ou seu propio sistema participativo de garantía, independente da normativa oficial para a agricultura ecolóxica. Este SPG basease en:

- Un **obxectivo común** de todos e todas as participantes. Exprésase nunha carta de principios propia que define a agroecoloxía.
- **Horizontalidade**. Non hai xerarquías, todo o mundo ten o mesmo poder decisorio.
- **Transparencia.** As regras do SPG son claras e accesibles a todo o mundo. Hai controis, pero o máis importante é a confianza mutua. A palabra do labrego ou da labrega é fundamental porque sen confianza o sistema non funciona.
- O **melloramento progresivo**, máis alá da garantía. Damos máis importancia á progresión e á evolución que ás sancións ou expulsións por incumprimento dos nosos principios. Damos prazos ás granxas para que muden pouco a pouco. Un sistema participativo de garantías non tería sentido se fose unicamente unha garantía. .
- **Participación de tódolos actores.** Tentamos evitar extremos como que haxa xente que non participe nas xuntanzas ou persoas que leven o meirande do peso das decisións e da organización.



GEOFFROY RAOUT ▸
Nature&Progrès (Francia)

Andrea Ferrante falou en nome da Associazione Italiana per l'Agricoltura Biologica-AIAB, que é unha organización que apoia e promove a agricultura ecolóxica e que está formada por labregos e labregas que cumpren a regulamentación europea.

No que respecta a cuestión tratada na segunda xornada do seminario, os sistemas participativos de garantía, Ferrante explicou que, en Italia, as pequenas explotacións teñen moi difícil acceder á certificación ecolóxica oficial, polo que os SPG poden ser ferramentas de grande utilidade para elas. Precisamente, a base territorial media dunha explotación ecolóxica con selo oficial en Italia é de 28 hectáreas. Isto contrasta coa base territorial media das granxas convencionais no país transalpino, que é de 8 hectáreas. Denda AIAB, trabállase para que estas pequenas explotacións teñan máis doado dar o paso para seren tamén ecolóxicas: mellorando os prezos para facer máis rendible a actividade; compartindo con outras maquinaria, terras e instalacións; e, por suposto, formando parte de sistemas participativos de garantía que permitan certificar os alimentos que producen como ecolóxicos sen ter que cumprir coa burocracia e requisitos excesivos da normativa oficial.

"Todo isto só é posible coa participación da sociedade", afirmou Andrea Ferrante. "Neste momento, o problema non é impulsar sistemas participativos de garantía, senón acadar que a sociedade tome parte do modelo agroecolóxico. Sen a participación activa da sociedade un SPG é imposible". Para Andrea Ferrante, este sería un dos principais retos da Vía Campesina e das diversas organizacións que a integramos.



ANDREA FERRANTE ▸
AIAB (Italia)

Como achegamos os nosos alimentos?

Boa parte do Seminario de Agroecoloxía consistiu no desenvolvemento de grupos de traballo que dialogaron a reo para analizar os dous temas sobre os que viraron as diversas intervencións e palestras: como podemos, os labregos e labregas, achegar os alimentos que producimos á cidadanía; e como construír sistemas participativos de garantía. De todo ese traballo, xurdiron dous documentos que servirán de guión para orientar as accións dos e das participantes á hora de responder a ambos bloques temáticos tratados e que, nestas páxinas, compartimos con vós.

1. Sensibilización e concienciación. Onde están os consumidores e as consumidoras?

Consideramos que os labregos e as labregas temos un labor moi importante e fundamental a hora de concienciar aos consumidores e consumidoras e de dar a coñecer os alimentos que producimos. De primeiras, o xeito principal de achegar os alimentos á cidadanía é a través da súa venda directa, sexa en feiras e mercados ou na propia explotación, ou tendo como intermediarios pequenos comercios de proximidade.

Mais, a maiores, cómpre falarmos dos alimentos que producimos para poñelos en valor, falar deles con mensaxes positivas que transmitan valores inherentes a eses alimentos labregos como fonte de saúde e mesmo de ledicia. E, para iso, é necesaria a concienciación de consumidores e consumidoras da que antes falabamos, concienciación coa que fagamos ver que a agroecoloxía produce alimentos, pero tamén saúde, conservación do medio ambiente, dignas condicións sociais e laborais dos produtores e produtoras, etc. Os xeitos concretos de traballar por esa concienciación poden ser campañas de sensibilización en escolas, xornadas de portas abertas nas granxas ou facer partícipe á cidadanía do noso modelo produtivo ofrecendo información veraz sobre os alimentos que producimos, sobre a construción do seu prezo final ou unha correcta identificación que diferencie os produtos ecolóxicos e labregos dos convencionais.

Metodoloxía de traballo:

- Procesos creativos en clave positiva.
- Buscar espazos onde acurtar distancias entre os produtores e produtoras e a cidadanía.
- Formación e identificación correcta dos alimentos ecolóxicos labregos.
- Buscar de alianzas que nos axuden neste labor (asociacións de pais e nais, organizacións de consumidores e consumidoras, outras organizacións sindicais etc.).
- Actividades en escolas, tanto con nenos e nenas como coas nais e os pais.
- Utilizar la "contrapublicidade".

Ferramentas de traballo coas que contamos:

- As nosas propias organizacións.
- Nós mesmos e nós mesmas, como labregos e labregas.

Ferramentas que precisamos a maiores:

- Material pedagóxico.
- Rastrexo de experiencias que xa existen ao respecto, tanto a nivel local como rexional.
- Desenvolver as alianzas das que antes falamos.
- Concienciación e mobilización da nosa base social para que nos apoie e acompañe nesta tarefa.

2. Organización e comunicación: Como nos relacionamos?

Para mellorar a comunicación entre nós (labregos e labregas / consumidores e consumidoras), son fundamentais as seguintes claves:

- Fixar grupos de traballo a nivel local: Consideramos que as organizacións teñen parte de responsabilidade nesta clave, posto que deben de fomentar xuntanzas para poder encontrarnos como os demais.
- Que as persoas que producimos traballemos xuntas en base a un criterio de flexibilidade, xa que todas somos diferentes e temos a nosa propia singularidade.
- Que existan relacións de confianza: Construír a confianza é a clave principal de tódalas anteriores.
- Que flúa a comunicación e que se organicen os grupos locais é unha cuestión básica tamén para crear redes con outros grupos locais. Isto sempre enriquecerá ao propio grupo e permitirá a colaboración con outros colectivos.

Obxectivos:

- Coñecernos.
- Concienciar a labregos e labregas das novas demandas de consumo.
- Fomentar a comunicación e o intercambio de coñecementos.
- Potenciar procesos colectivos.
- Que os labregos e labregas teñan o apoio dos consumidores e das consumidoras.

Ferramentas coas que contamos:

- Diagnósticos das nosas fincas.
- Web de información de produtores/as.
- Procesos colectivos que temos en marcha.

Ferramentas que precisamos a maiores:

- Máis información a produtores/as.
- Aproveitar espazos para compartir como os mercados ou as visitas a fincas.

3. Distribución e puntos de encontro. Onde quedamos?

Con que espazos de encontro contamos os labregos e labregas e a cidadanía para intercambiar a palabra e os alimentos que producimos? De que outras maneiras podemos crear novos espazos que propicien este encontro?

Obxectivos:

- Apoiar modelos de produción alternativos.
- Que os nosos alimentos cheguen á cidadanía.
- Ter unha masa social activa.
- Vender os nosos produtos como sans.

Ferramentas coas que contamos:

- Os mercados e a venda directa.
- O contacto directo con consumidores e consumidoras, o boca a boca.
- Unha poboación cada vez máis concienciada.

Ferramentas que precisamos a maiores:

- Rexionalizar a distribución.
- Fomentar mercados e recuperar os que se deixaron de celebrar.
- Autoxestión de comedores públicos.
- Mudanza das leis existentes na dirección de crear políticas públicas favorables para a agricultura labrega e a comercialización dos alimentos que produce.
- Aumentar a produción e valorar máis os nosos alimentos. **SEGUE ▸**

Claves para construír un SPG



4. Sostenibilidade económica. É posible crear un prezo xusto?

Existen diferentes realidades, o que dá lugar a diferentes criterios á hora de crear un "prezo xusto":

- Prezos de mercado.
- Custes de producción (directos/indirectos)
- Cálculo enerxético.
- Non hai valoración do traballo labrego.
- O prezo é unha ferramenta do sistema capitalista.
- Hai que buscar o equilibrio entre o salario labrego e uns alimentos accesibles aos consumidores e consumidoras.

Obxectivos:

- Buscar equilibrio entre o salario labrego e a accesibilidade ao consumo.
- Construción colectiva do prezo (consumidoras/produtoras)
- Garantir un salario digno, adaptado ás distintas realidades.
- Fortalecer a economía local.
- Non queremos unha agricultura subvencionada, queremos ter prezos xustos para os nosos produtos.
- Queremos unha agricultura apoiada pola comunidade.
- Queremos unha comunidade apoiada pola agricultura.

Que ferramentas temos?

- Dobre etiquetaxe.
- Transparencia.
- Intercambio / Troco.

Que ferramentas necesitamos?

- Internalizar tódolos nosos custes.
- Construír un prezo real.
- Diversificación.



Para que queremos un Sistema Participativo de Garantía (SPG)?

- Para garantir a calidade e procedencia dos alimentos.
- Para mellorar as prácticas agroecolóxicas e medioambientais.
- Para motivar os grupos de produtoras e produtores (intercambio de coñecementos).
- Para potenciar aspectos dos grupos de consumidoras e consumidores como responsabilidade, motivación, implicación ou sensibilización.
- Para mellorar a relación entre produtoras/es e consumidoras/es.
- Para criar relacións da cidade e o rural dinamizando o tecido social-rural.
- Porque teríamos un sistema de certificación adaptado á nosa realidade local.
- Porque nos axudaría a camiñar cara a Soberanía Alimentaria.

Que actores son necesarios?

- Labregas e labregos.
- Consumidoras e consumidores en busca de calidade de vida.
- Profesionais que poden axudar a formarnos, asesorarnos...
- Colectivos locais (escolas, residencias... Potenciar a compra pública de alimentos).
- Gobernos locais como apoio, pero non dirixido.

A certificación dos alimentos ecolóxicos ten que ser pública?

Non se ve posible un SPG público porque debe ter sempre unha dimensión local que permita o coñecemento mutuo entre tódolos actores e participantes. Si sería posible un apoio público, como se está a facer en Bolivia, onde con recursos do goberno se apoia a infraestrutura para que funcione o sistema, é dicir, as institucións non dirixen nin toman decisións, simplemente dan recursos.

É posible un SPG sen sancións?

- É posible, pero cómpre marcar criterios claros dende o principio para cando existan algún problema.
- Mellor que sancionar, é axudar a solucionar os problemas e acompañar nas dificultades.
- A confianza debe suplir ás sancións, pero construíla leva tempo.
- O non recoñecemento polo grupo tamén pode ser un xeito de sanción.

FIN ■

IX FORO POR UN MUNDO RURAL VIVO ▸ Este evento que organiza a Plataforma Rural para deseñar a súa axenda cada dous anos recalou, neste 2014, na vila de Mondoñedo, propiciando o debate e o diálogo entre persoas e organizacións vinculadas ao mundo rural provenientes de toda a xeografía do Estado

Dous anos en defensa das labregas, da mocidade e dos bens comúns

O IX Foro por un Mundo Rural Vivo arrincou, o venres 24 de outubro, cunha xornada inaugural na que un crisol de procedencias e culturas enraizadas no rural anticiparon a riqueza e diversidade que impregnou cada acto deste evento que se había desenvolver, durante tres días, no Seminario de Mondoñedo. Organizado por Plataforma Rural e acollido polo Sindicato Labrego Galego, este Foro constituíu unha excepcional ágora de diálogo e encontro para máis de duascentas persoas de dentro e fóra do Estado Español que representaban, á súa vez, a organizacións sociais, vilas, parroquias e múltiples iniciativas relacionadas coa agricultura e a alimentación. Encargáronse da inauguración oficial o coordinador do Foro, Antonio Villarino; o alcalde de Mondoñedo, Orlando González; a secretaria xeral do Sindicato Labrego Galego, Isabel Vilalba; e a integrante de Plataforma Rural, Marimar Martínez.









O IX Foro por un Mundo Rural Vivo propiciou o encontro de case duascentas persoas vidas dende todo o Estado -ben a título individual ben en representación de colectivos sociais- para dialogar, debater e traballar iniciativas que nos axuden a manter con vida o noso campo fronte ás nefastas políticas neoliberais que o agreden. Foron tres días moi intensos, con multitude de actividades, o que fai difícil resumilo en poucas imaxes. De esquerda a dereita e de arriba a abaixo: inauguración, palestra ao redor das mulleres, debates, e o Encotro Europeo de Comités de Apoio ao MST, que se celebrou en paralelo tamén en Mondoñedo.

Botando man de creatividade, e adaptándose a cambios de axenda de última hora, o primeiro espazo de diálogo que ía virar ao redor dos modelos de produción alimentarios alternativos á lóxica do capital, acabou tendo un denominador común inesperado: o de mulleres que se criaron e desenvolveron a súa actividade cívica e profesional nun mundo moi masculinizado, como é o agrícola e rural, pero que foron quen de conquistar espazos de decisión e, co seu labor e exemplo, facilitar a incorporación doutras mulleres a eidos dos que tradicionalmente estiveron vedadas. Casos como o de Raquel Ramírez, de Nalda (A Rioxa), unha pequena vila nas inmediacións de Logroño na que os seus e as súas habitantes se arrepuxeron á especulación urbanística que pretendía roubarlles as súas terras e o seu patrimonio; para iso, para arrepoñerse a quen pretendía usurparlles o seu, crearon hai vinte anos un movemento de apropiación social do patrimonio artístico e natural chamado Panal, e unha asociación para o desenvolvemento sostible en igualdade, Colletero, que botou a andar hai tres lustros. Tamén Ángeles Ramón, da comarca das Cinco Villas (Zaragoza), labrega dende cativa nun pobo de colonización creado en 1959, que chegou a ser responsable da área das mulleres da Unión de Agricultores y Ganaderos de Aragón (Uaga). E o caso de Josefa Martín, que foi testemuña de como o seu pobo de San Esteban de la Sierra (Salamanca) pasaba de 800 a 300 habitantes, ou a escola de 150 a 5 alumnos, decadencia xurdida da sangría da emigración que combateron con iniciativas como a creación dunha cooperativa vitivinícola da que ela foi presidenta durante quince anos. Ou a nosa Henar Román, presidenta dende o ano 2003 da comunidade de montes de Labrada (Abadín), que viviu a decisión de asociarse da veciñanza en cooperativa para ter máis forza como produtores e produtoras de leite e carne, e tiveron que enfrontarse á usurpación das súas terras por empresas mineiras como Icemarga, por eléctricas ás que lles adxudicaron os montes comunais para instalar parques eólicos, ou pola propia administración que, nos anos 80, quixo cercar 700 hectáreas na Fraga Vella. **SEGUE** ▸

A cultura urbana, labrega e mareira da man no común do rural e da alimentación

O exemplo vital destas mulleres deu paso a un diálogo enriquecedor coas persoas asistentes até o remate da primeira xornada, que había concluír como empezou: con poesía. Se as persoas que se encargaron de inaugurar botaron man de cantores e poetas á hora de intervir -Antonio Villarino recitou Sementeira de Fuxan os Ventos, Orlando González citou a Daniel Viglietti, Isabel Vilalba a Marilar Aleixandre e Marimar Martínez a Rafael de Dios; ao remate, Manuel Regal leu un emotivo texto que rememoraba o legado da nosa xente devanceira relacionándoo co carballo de Luxís.

Músicas e culturas.

Unha boa expresión da diversidade cultural que propiciou o Foro témola nas actuacións musicais. Na noite do venres, a luminosidade do Mediterráneo achegouse a terras mindonienses grazas á creatividade lírica de Tomás de los Santos e aos exquisitos arranxos guitarreiros de Borja Penalba, un feraz dúo de cantautores cos pés chantados no País Valencià e que demostra a implicación estreita de moita xente de ambientes urbanos coas cuestións que teñen que ver co rural.

Esa diversidade multiplicouse ao día seguinte coas actuacións de Alesancia, un grupo de pandereteiras da Mariña con fonda raigame labrega, e as caboverdianas Batuko Tabanka, cos pés máis chantados nas comunidades pescadoras atlánticas do seu Cabo Verde natal ou da Burela adoptiva. Urbanitas, labregas, pescadoras, unidos e unidas pola causa común do mundo rural e da alimentación.

Múltiplicidade de prismas para unha mesma voz en feminino

Tomando o fío do día anterior, o sábado 25 de outubro comezou a xornada cun espazo construído tamén polas mulleres consistente nun diálogo aberto que se iniciou coas voces de labregas como Dora Cabaleiro (Vilar de Ernes, Navía de Suarna), Cristina Sancho (Amayuelas de Abajo, Palencia), Ester Latorre (Cinco Villas, Zaragoza); ou a almeriense Inmaculada Idáñez, que ademais é responsable da Área da Muller de COAG e presidenta de CERES; e a secretaria xeral do SLG, Isabel Vilalba.

Neste espazo de debate xurdiron cuestións de actualidade, como a hipocrisía dunhas institucións que din loitar contra a violencia machista ou contra o sexismo pero que, sen embargo, permiten publicidade, filmes ou videoxogos ao alcance da rapazada e de adolescentes que promoven esa mesma violencia contra as mulleres que din combater, potenciando e consolidando roles e valores que deberían proscribirse.

Máis centrada na loita das propias labregas como profesionais foi a problemática da Lei de Titularidade Compartida que, a pesares de ter sido promulgada hai cinco anos coa intención de que se acollesen a ela unhas 100.000 mulleres en todo o Estado, a día de hoxe só se deron de alta 101 (12 na Galiza). Inmaculada Idáñez explicou que a lei, dende o seu nacemento, bateu cunha sociedade demasiado masculinizada e cunha profesión, a agraria, cuxos ingresos, decotío, non permiten que haxa máis dunha cotización por familia; de ambos factores xorde unha realidade na que, o habitual é que sexa o home quen cotice e fique a muller nun segundo plano sen cotización nin dereitos laborais, invisibilizada a pesares de facer o mesmo traballo que o seu cónxuxe. Tamén chamou a atención o exemplo do propio SLG como organización agraria, pioneiro á hora de obrigar nos seus estatutos a que haxa paridade en tódolos seus órganos decisorios e executivos.

Denuncia e reivindicación a través do teatro

A mañá rematou co encontro da mocidade, que expuxo o esencial das súas demandas e problemáticas a través dunha representación teatral coa que denunciaron as realidades coas que deben enfrontarse no seu día a día, como a falla de financiamento, unha Política Agraria Común que beneficia maioritariamente a xente maior de 50 anos, a miríade de atrancos burocráticos que leva canda si desenvolver proxectos agrogandeiros alternativos ao oficial, etcétera. Esta parte do Foro foi a que propiciou unha maior participación das persoas asistentes, que achegaron experiencias reais dende tódolos puntos da xeografía do Estado que demostran que unha agricultura alternativa e moza baseada na agroecoloxía non só é posible, senón que é viable, e constitúe a única vía se realmente queremos un mundo rural vivo con futuro, emprego, rapazada e xente moza.

Xa pola tarde, os e as participantes afondaron en cuestións que, sen dúbida, ocuparán un espazo central na axenda de traballo das organizacións da Plataforma Rural e do Sindicato Labrego Galego, como o Acordo Transatlántico de Libre Comercio, a Lei Montoro e a tentativa de arrebatarlle ás comunidades rurais o seu patrimonio comuneiro (xuntas veciñais de León, montes en mancomún galegos, etc), o problema de acceso á terra ou os métodos de traballo e mobilización das propias organizacións sociais.

Ao remate do día, o IX Foro por un Mundo Rural Vivo confluíu co Encontro Internacional de Comités de Apoio aos Sem Terra do Brasil e celebrouse unha cea cun alto valor simbólico, ao facerse con alimentos producidos e traídos pola propia xente. Dende este punto de vista, cómpre salientar que os produtos utilizados polas cociñas do Seminario de Mondoñedo nos tres días de encontro procederon todos de explotacións labregas do país e da pesca artesanal, aliñados con achegas doutras latitudes, como o aceite. **SEGUE ▸**



Voces de mulleres encetaron a xornada do sábado. De esquerda a dereita: Dora Cabaleiro, Inmaculada Idañez, Ester Latorre, Cristina Sancho e Isabel Vilalba Seivane





Traballo até o X Foro por un Mundo Rural Vivo nas Planchuelas, en 2016



O IX Foro por un Mundo Rural Vivo chegou ao seu remate o domingo, 26 de outubro, coa lectura as conclusións no marco incomparable dun mercado de alimentos e produtos labregos organizado por participantes no evento. Isabel Álvarez Vispo, de EHNE-Bizkaia, foi a encargada de ler este documento que servirá de guión para marcar a axenda da trintena de organizacións que forman parte da Plataforma Rural para os vindeiros dous anos. Adoptáronse unha serie de compromisos estruturados en catro bloques:

Mocidade:

- Pór en marcha unha campaña para que as axudas públicas sirvan tamén para impulsar modelos alternativos de explotación agraria.
- Facer visibles as experiencias de xente nova que se instalou no rural con éxito para demostrar que as nosas propostas non só son viables, senón tamén sostibles.
- Dar a coñecer ferramentas de financiamento alternativas para poder levar adiante proxectos no rural que non contan co visto bo das entidades bancarias tradicionais.
- Crear ferramentas de acompañamento solidario para a xente que comeza baseadas na experiencia e no aval moral.

Bens comúns (por exemplo, as xuntas veciñais de León que quere suprimir o Goberno, ou a privatización e usurpación dos montes en mancomún que sufrimos aquí, na Galiza, serían bens comuns a defender):

- Definir que son os bens comúns para a Plataforma Rural.
- Sensibilizar a mirada sobre o común.
- Xerar espazos de confianza e comunicación entre as persoas.
- Accións para recuperar os coñecementos labregos e tradicionais.
- Fomentar o uso dos bens comúns.
- Impulsar unha iniciativa lexislativa popular e mocións nos concellos sobre este tema.
- Practicar a desobediencia civil.
- Dar a coñecer e crear novas redes a partir das accións que xa existen neste eido.

Xénero:

- Crear espazos propios de mulleres en tódolos territorios do Estado e dotalos de recursos.
- Crear unha transversalidade real que abranga tódolos espazos das nosas organizacións.
- Mudar os espazos de poder e de toma de decisións e cuestionar o modelo de liderado.
- Revisar a cultura labrega dende o punto de vista feminista.

Participación e democracia directa:

- Xerar unha educación multisectorial e interxeracional para fomentar a democracia directa.
- Lanzar as nosas propostas con vistas ás vindeiras eleccións municipais para que formen parte do debate e da axenda política.

Isabel Álvarez Vispo rematou proclamando o compromiso de tódalas persoas que participaron no foro, e tamén o daquelas que non puideron vir, de "coidar de nós mesmos e de nós mesmas para poder seguir cultivando alimentos e relacións durante os vindeiros dous anos de cara a atoparnos de novo no seguinte Foro". En relación a isto último, o encontro de Mondoñedo tamén serviu para que os compañeiros e compañeiras da Plataforma per la Sobirania Alimentària del País Valencià collesen o relevo de cara a organizar o X Foro por un Mundo Rural Vivo, que terá lugar na Venta de Contreras, na comarca de Manchuela (dacabalo de Cuenca e Valencia) no ano 2016. **FIN ■**

APICULTURA ▸ O Sindicato Labrego apoiou accións como a recollida de sinaturas para exisir mudanzas lexislativas

Campaña estatal para esixir o país de orixe na etiquetaxe do mel

Produto de dubidosa calidade de países como Arxentina ou China estase a comercializar como "mestura UE-non UE"

Apicultores e apicultoras de todo o Estado convocados/as pola Coordinadora de Organizacións Agrarias e Gandeiras (COAG), e co apoio de organizacións de consumo como a CECU ou a CEACCU, iniciamos, o 28 de outubro, unha campaña para reclamar ao Ministerio de Agricultura que sexa obrigatorio detallar o país de orixe na etiquetaxe do mel, tal e como se fai noutros países comunitarios como Italia. A campaña arrincou cun reparto de tarros de mel diante do Ministerio de Agricultura e recollida de sinaturas que, ademais de facerse a pé de rúa, tamén se están a facer a través das redes sociais en change.org.

Dende o SLG e a COAG, levamos anos denunciando a falla de transparencia neste eido, xa que as empresas do sector poden etiquetar mel de fóra da Unión Europea como "mestura de meles UE-non UE", sen indicar os países nos que o mel foi recollido, o que agacha unha información necesaria para consumidores e consumidoras. Este baleiro legal, permite que non poidamos identificar a orixe do que mercamos, nun contexto no que está a entrar mel de dubidosa reputación, como o que producen os principais exportadores deste alimento á Unión Europea, como China, Arxentina, México, Chile ou Uruguai.

Un bo exemplo disto sería a prohibición do mel uruguaio en Alemaña en 2011 tras descubrirse que contiña pole transxénico. Idéntico problema está a sufrir o mel producido en Arxentina, México ou Chile, onde teñen grandes superficies de cultivos manipulados xeneticamente.

En canto ao mel chinés, que entra no Estado a 1'30 € o quilo cos custes ambientais e económicos dun transporte de 10.000 quilómetros incluídos, debe ter unha calidade ínfima para ser rendible a un prezo tan baixo.

Por motivos coma estes, dende o SLG esiximos transparencia á hora de etiquetar o mel que se vende no Estado e a obriga de que figure o país de orixe na etiquetaxe, pois é unha información esencial para os consumidores e consumidoras á hora de optar por un produto.



Apicultores repartindo mel como protesta diante do Ministerio de Agricultura

AXUDAS PAC ▸ Só o 7% das beneficiadas polos fondos para desenvolvemento rural teñen menos de 35 anos

O 50% das persoas perceptoras dos PDR teñen máis de 55

O 50% das persoas que perciben axudas dos Plans de Desenvolvemento Rural da Política Agraria Común (os PDR da PAC) teñen máis de 55 anos de idade e só o 7% ten menos de 35 anos.

Contra este xeito de repartir os fondos para desenvolvemento rural, a Coordinadora Europea da Vía Campesina propón reorientar as axudas da PAC cara aos activos agrarios que teñan na agricultura e na gandería a súa profesión e non seguir a dalas de xeito desacoplado e en base a referencias históricas que favorece o cobro de primas por especuladores e absentistas, o apoio á instalación de labregos e labregas mozas no PDR 2014-2020, redución da burocracia á hora de mercar terras coas axudas á incorporación, ou beneficios fiscais para a xente nova que se incorpore á actividade agraria.

TTIP ▸ Manifestou a súa oposición na xuntanza do Comité de Seguridade Alimentaria Mundial celebrado en Roma

A Vía Campesina rexeita os acordos de libre comercio

O 11 de outubro, na xuntanza en Roma do Comité de Seguridade Alimentaria Mundial (CSA), unha delegación da Vía Campesina expresou o seu rexeitamento ás negociacións en curso de varios acordos de libre comercio como os que a Unión Europea está a facer con Estados Unidos ou Canadá.

Así, na xuntanza do CSA que pretendía celebrar o décimo aniversario das directrices do Dereito á Alimentación, a Vía Campesina dixo que "os labregos e labregas non temos nada que celebrar, xa que a aplicación das directrices están estancadas e, por outra banda, unhas negociacións sobre libre comercio que son manifestamente contrarias a ese Dereito á Alimentación, avanzan a un ritmo preocupante".

FITOSANITARIOS ▸ A decisión foi adoptada só tras unha intensa campaña de denuncia dos colectivos ecoloxistas

Francia prohibe as fumigacións aéreas con pesticidas

Francia vén de prohibir as fumigacións aéreas mediante unha orde ministerial publicada o pasado mes de outubro. Previamente, o 6 de maio, o Consello de Estado suspendera as autorizacións para este tipo de tratamentos fitosanitarios tras unha forte campaña de presión dos colectivos ecoloxistas.

Esta medida aprobada polo Ministerio de Ecoloxía, xestionado por Ségolène Royal, foi pensada, fundamentalmente, para as Antillas, onde hai cultivos intensivos de plátano e millo que se fumigaban con medios aéreos. Para outros cultivos, como o arroz ou o viñedo, a prohibición entrará en vigor a partir do 31 de decembro de 2015, e desta vez afectará a departamentos continentais como Borgoña.

TITULARIDADE COMPARTIDA ▸ A Lei de Titularidade Compartida, que crea os trámites para que as mulleres poidan ser titulares das explotacións agrarias que comparten cos seus homes, non acadou os obxectivos definidos tras máis de dous anos de vixencia. Tan só 101 mulleres acolléronse a esta normativa en todo o Estado español, a pesar de que máis del 70 por cento dos negocios agrarios están en man de homes'

Gandeiras malia a lei

por **Mª Ángeles Fernández**
Xornalista, aprendiz, camiñante. www.desplazados.org

"Onde está o xefe?", pregunta de maneira habitual alguén cando acode á explotación gandeira de Nieves Gutiérrez e o seu home. "Aquí no hai xefes nin obreiros, somos todos iguais", responde ela marcando o terreo. Toda unha armazón legal sostén o machismo e a masculinización aos que está asociado o mundo rural. "Aquí traballamos tanto meu home coma min, é dos dous, mais eu non podo asinar ningún papel". Gandeira e cunha carga de traballo equivalente á da súa parella, Nieves está subordinada a el á hora de lidar coa burocracia porque unicamente figura como colaboradora, non como titular dunha explotación que lle pertence.

A Lei de Titularidade Compartida das Explotacións Agrarias, unha longa reivindicación das mulleres do agro, busca desabrochar a desigualdade de xénero estrutural do mundo rural, recoñecida até polo Ministerio de Agricultura: "A actividade das mulleres na agricultura sempre foi intensa; porén, o seu traballo caracterizouse por estar invisibilizado ao non gozar do suficiente recoñecemento xurídico, económico e social".

Segundo os datos oficiais, no Estado español o 71,19 por cento dos titulares de explotación agraria son homes, fronte ao 28,81 por cento de mulleres. "Profesionalmente o noso traballo non goza dun estatuto de recoñecemento xurídico na explotación familiar. E iso deriva na falla de recoñecemento, de ingresos e de dereitos laborais", explica a secretaria xeral do Sindicato Labrego Galego, Isabel Vilalba. Eran e son moitas as traballadoras sen contrato, sen dereitos.



Dúas imaxes de arquivo da loita desenvolvida pola Secretaría das Mulleres do SLG a prol da titularidade compartida ao longo dos anos: arriba, Marisol García Freire e Isabel Vilalba, daquela responsable da Secretaría das Mulleres, reunidas coa directora xeral do Servizo Galego de Igualdade, Marta González, o 16 de marzo de 2004; na seguinte páxina, manifestación de labregas en Compostela demandando a titularidade compartida, o 10 de marzo de 2007

O único camiño para que as mulleres vexan recoñecido o seu labor e o seu traballo de maneira legal é rachar coa figura da titularidade única. Acadaríase deste xeito unha cotización á Seguridade Social acorde á realidade e a posibilidade de pedir subvencións, como por exemplo as axudas europeas asociadas á Política Agraria Común (PAC). En definitiva, que as mulleres tamén teñan acceso ao control e á xestión da explotación.

"Aínda que sempre son a encargada de realizar os papeis, no podía solicitar a PAC, tiña que ir meu home", explica Nieves, que pertence á Federación de Asociacións de Mulleres Rurais (Fademur) en Cantabria. "Os ingresos agrarios son de dúas persoas, proveñen do traballo de dúas persoas, pero atribúense ao titular, así como a capacidade de xestión ou representación. As mulleres achegan o seu traballo, pero no hai tradución lineal de dereitos", corrobora Vilalba. Segundo datos da oenegué Mundubat, do 82 por cento das mulleres que traballa en fincas agrarias dirixidas por homes, o 59 por cento non cotizan á Seguridade Social polo desempeño dunha actividade económica.

Unha lei con sombras

Tras moitos borradores, reivindicacións, leis a medias tintas e loita xurídica, o 5 de xaneiro de 2012 entrou en vigor a Lei 35/2011 sobre titularidade compartida das explotacións agrarias. Entre os obxectivos: a profesionalización do traballo das mulleres, camiñar cara á igualdade, o recoñecemento implícito dos seus dereitos económicos; sen obviar todo o que implica ser propietaria dende o punto de vista legal, social e económico. Despois dos intentos lexislativos en 2007 e 2009, que "non significaron nada", en palabras de Vilalba, a nova lei deitou un pouco de luz sobre un terreo no que oficialmente só loce o traballo dunha parte. "Eu estaba no Congreso o día da aprobación. Saltábannos as bágoas", rememora a gandeira cántabra.

Mais aínda segue a haber sombras. A secretaria xeral do Sindicato Labrego Galego fai unha valoración positiva do avance, aínda que con moitos matices: "Tal como está definida, ten o perigo de non solucionar o problema de fondo porque é algo voluntario, a decisión é da explotación e é necesaria a sinatura do home".

A normativa actual precisa dunha campaña de difusión e de sensibilización, como recoñece o propio Ministerio, para que as posibles beneficiarias coñezan que teñen unha nova opción sobre a mesa. Os datos indican que as cousas non se fixeron do xeito correcto neste senso. A 30 de xullo de 2014, só 101 mulleres acolléronse á lei de titularidade compartida, é dicir, a se rexistrar como co-titulares dunha explotación agraria que era súa dende hai tempo. Uns datos tan rechamantes como que en Andalucía ou Estremadura, rexións eminentemente agrarias, no se rexistrara ningún caso; ou que en Galiza haxa **SEGUE** ▸

COMUNIDADE	Nº de EXPLOTACIÓNS
Andalucía	
Aragón	6
Canarias	
Cantabria	3
Castela A Mancha	15
Castela e León	41
Catalunya	7
Navarra	3
Com. Valenciana	1
Estremadura	
Galiza	12
Illas Baleares	
Madrid	
Murcia	1
Euskadi	
Asturies	2
A Rioxa	10
TOTAL	101

Datos a 30 de xullo de 2014 do Rexistro de Titularidade Compartida

unicamente 12, "cando nesta Comunidade hai 35.0000 mulleres nesta situación", lamenta Vilalba.

Os cálculos do Ministerio tamén están moi lonxe da realidade: "Estimábase que dun colectivo máximo de 150.000 mulleres que son o grupo de cónxuxes dos titulares, unhas 100.000 poderían considerarse como as potenciais beneficiarias, das cales finalmente enténdese que entre 30.000 e 60.000 poderían querer acollerse ás distintas medidas establecidas pola Lei 35/2011", explican fontes gobernamentais.

Falta de información

"A Lei poñía medidas positivas para incentivar o debate e sensibilizar, pero non se fixo investimento, non se facilitou a tramitación. Obrigaba a crear rexistros autonómicos pero houbo moitas reticencias, pouco interese e non se viu como algo prioritario", apunta a sindicalista galega. Falta moita sensibilidade, información e formación ao respecto: "Desafortunadamente, considérase normal que a muller estea en condición subsidiaria e que o acepte", conclúe.

Nieves Gutiérrez recoñece que non moitas mulleres solicitan a nova titularidade e ofrece dúas posibles causas: o papelame e a falta de sensibilización. "Hai que comezar o traballo nos nenos e nenas, e máis no mundo rural. Aquí o home é o xefe e a rapazada vive con esa idea e reprodúcea".

O fastío dos trámites burocráticos así como a desinformación fan que o proceso, unha vez iniciado, sexa longo. "No Sindicato custounos moito tramitar os expedientes. É un camiño que fixemos case en solitario, demos os primeiros pasos nun mundo descoñecido. Tivemos que nos empoderar e obrigar á administración a bulir", explica Andrea Rico, traballadora comarcal del Sindicato Labrego e unha das primeiras persoas en tramitar expedientes. "O problema é máis de sensibilidade que de cartos", sentencia a secretaria xeral deste colectivo.

A separación do matrimonio ou a morte do home poden chegar a supor complexos problemas para unha muller que traballou durante anos nunha explotación gandeira ou agrícola que, a ollos legais, non lle pertence. Que tralo divorcio sexa a muller quen fique co negocio mais non poida vender as vacas ou o leite por non estar ao seu nome, ou que tralo falecemento do titular os herdeiros e herdeiras sexan outras persoas e non teñan os mesmos intereses son casos reais que ratifican o delirante da situación.

Nun entorno como o rural, envellecido e masculinizado (con só o 20,34 por cento da poboación feminina do Estado, segundo Fademur), os exemplos de desigualdade son abundantes. As mulleres téñenos moi presentes: "Algunhas cotizan como autónomas e cando non hai cartos, prescíndese do dela. Prescíndese dos dereitos das mulleres", exemplifica Vilalba. Dende o sindicato ENHE-Bizkaia tamén confirman esta realidade, como se viu claramente en Nekasarea, o seu grupo de consumo: "Cando a parella fica sen traballo na industria e a agricultura é a principal actividade económica, prodúcese un absoluto desprazamento das mulleres. Coa chegada da crise houbo un troco de roles e grande parte das mulleres cederon o seu espazo no público ás súas parellas. Hoxe, de 80 persoas produtoras, só 35 son mulleres.", explica Isa Álvarez, técnica do sindicato e coordinadora da rede de consumo.

Volvendo á anécdota do xefe, Nieves Gutiérrez insiste na importancia das palabras: "Nas leis da agricultura e da gandería non existe a palabra muller. Hai que nomear as mulleres". **FIN ■**



Reportaxe publicada por Pikara Magazine o 14 de outubro de 2014, traducida ao galego por Andrea Rico. **http://www.pikaramagazine.com/2014/10/ganaderas-a-pesar-de-la-ley/**

Que nos preocupa á

Este comezo de outono propiciou varios encontros entre mozos e mozas que serviron de espazos para a reflexión e para axustar a nosa visión sobre as problemáticas concretas que ameazan á xente nova que opta pola profesión agraria. Problemas que poden ter tanto os mozos e mozas que se incorporan ao agro para desenvolver un oficio de xeito viable e digno como quen xa está a traballar.

En concreto, durante os días 19 e 20 de setembro celebrouse en Almería o Encontro de Mocidades Agrarias de COAG baixo o título "Mozos e mozas, incorporación ao sector agrario e as súas realidades". A maiores, o Seminario de Agroecoloxía que tivo lugar na Casa da Terra (Vilapoupre, Antas de Ulla), acolleu unha xuntanza de xente nova da Coordinadora Europea da Vía Campesina, o 27 de setembro. Finalmente, o IX Foro por un Mundo Rural Vivo, tivo na mocidade labrega a un dos seus principais protagonistas ao botar man do teatro para explicar os seus retos e arelas e acadando, a xuízo dos e das participantes, un dos xeitos de expresión e denuncia máis eficaces e aplaudidos do evento.

De todos estes espazos para o debate e a reflexión da xente nova, recompilamos para o Fouce as principais cuestións tratadas que radiografían de xeito preciso as arelas, inquedanzas e perspectivas que conforman a visión do agro das nosas mozas e mozos.

Acceso á terra

- O acaparamento de terras por parte das multinacionais é unha ameaza para nós.
- O acceso a terra é moi complicado se non vén do relevo xeracional.
- Quen herda a explotación familiar, ten dificultades á hora de ampliar a súa base territorial e reorientala cara outros modelos produtivos.
- Non hai unha ordenación territorial que favoreza a actividade agraria; cada vez perdemos máis superficie agraria útil. En Galiza temos a porcentaxe máis baixa de Europa.
- Queremos bancos de terra públicos e operativos.

A terra para quen a traballa!





Financiamento

- Os plans de incorporación deberían ser máis flexibles, o período de inversións máis amplo, e ofrecer acompañamento e seguimento dos proxectos.
- O formato e a burocracia das axudas de incorporación fan que só podan acceder a elas quen xa estea medio instalado/a. Favorece tamén que haxa incorporacións ficticias.
- Queremos axudas para vivir da agricultura e da gandería, repartidas de xeito equilibrado.
- Precisamos novas ferramentas de financiamento: Podemos botar man da economía solidaria (banca ética, cooperativas de crédito solidario...)?

Nós somos o futuro!

Política Agraria Común

- A PAC segue sendo, nas súas sucesivas reformas, unha política de destrución das pequenas e medianas granxas e fincas labregas.
- O 50% das persoas que perciben axudas dos Plans de Desenvolvemento Rural teñen máis de 55 anos, e só o 7% ten menos de 35 anos.
- As persoas mozas incorporámonos sen dereitos e con pouco acceso á Reserva Nacional.

Outra PAC é posible e necesaria!

mocidade labrega?

Modelo produtivo

✔ Queremos ter a posibilidade de elixir o modelo produtivo co que nos incorporamos.
✔ Cremos que a Agroecoloxía é a única alternativa para ter un futuro no medio rural dende a perspectiva da Soberanía Alimentaria.

Mudemos o sistema, non o clima



Prezos xustos

✔ O valor da alimentación é o valor da vida
✔ Nos prezos de mercado non se contabiliza:
- Perda de empregos agrarios.
- O abandono do mundo rural.
- Os danos ambientais que están destruíndo o noso planeta.

✔ Para poder vivir dignamente do noso traballo precisamos prezos xustos para quen producimos, pero xustos tamén para a cidadanía. Como os construímos?

A alimentación é un dereito, non un negocio

Comercialización

✔ Como achegamos os nosos alimentos á cidadanía?
✔ A grande distribución destrúe a nosa forma de vida
✔ Precisamos recuperar os circuítos curtos de comercialización, volver ao local: mercados, grupos de consumo... Cada vez temos máis experiencias que funcionan.
✔ As persoas consumidoras son as nosas aliadas neste proceso.

Pensamos dende o global para actuar dende o local



Xénero

✔ As mulleres queremos incorporarnos en plena igualdade económica, social e política.
✔ As mulleres debemos estar presente en todos os ámbitos de traballo e toma de decisións.
✔ Debemos revisar os roles de xénero das nosas culturas labregas.

A soberanía alimentaria será feminista ou non será.

Globalicemos a loita!
Globalicemos a esperanza!

Axudas á reposición de reses por sacrificio obrigatorio

Compensacións complementarias en explotacións de gando bovino, ovino e cabrún, e axudas para a compra de gando bovino, ovino e cabrún que teña por obxecto a reposición das reses, como consecuencia do sacrificio obrigatorio en 2014. O prazo para solicitar estas axudas remata o 30 de novembro. Máis información nas oficinas do Sindicato Labrego Galego.

Devolución parcial do imposto de hidrocarburos ao gasóleo agrícola

Aberto o prazo para solicitar a devolución parcial do imposto de hidrocarburos para gasóleo B consumido en 2013. Máis información, no SLG.

Axudas a mulleres cotitulares ou titulares de explotacións para afiliarse á Seguridade Social

Estas axudas poden beneficiar ás mulleres que se desen de alta na Seguridade Social dende o 1 de Outubro de 2013 ate o 30 de Setembro de 2014. Están dirixidas a mulleres de 50 anos de idade ou menos, incorporadas ao réxime especial de traballadoras por conta propia ou autónomas a través do sistema especial para traballadoras por conta propia agrarias en réxime de titulares únicas ou cotitulares da explotación.

Os prazos para solicitar estas axudas son:

- Para as altas dende o 1 de outubro de 2013 ate o 25 de xuño de 2014: prazo até o 25 de agosto.
- Para as altas entre o 25 de xuño e o 30 de setembro de 2014: 2 meses despois da data en que se solicite a alta; as últimas solicitudes poderán presentarse até o 30 de novembro.

Asesoría para as mulleres do rural.
Infórmate en calquera oficina do Sindicato Labrego Galego

PUNTO delas

UNIÓN EUROPEA
Fondo Social Europeo
"O FSE inviste no teu futuro"

XUNTA DE GALICIA
VICEPRESIDENCIA E CONSELLERÍA DE PRESIDENCIA, ADMINISTRACIÓNS PÚBLICAS E XUSTIZA
Secretaría Xeral da Igualdade

COLABORA: Secretaria das mulleres

PUNTO DE ATENCIÓN ÁS MULLERES DO RURAL
ASOCIACIÓN PUNTO DELAS - SECRETARÍA DAS MULLERES

Esta publicación recibiu unha subvención de:
Deputación DA CORUÑA

TELÉFONO DE EMERXENCIA PARA CASOS DE VIOLENCIA CONTRA AS MULLERES
016
Non permitas que te maltraten. Solicita axuda no teléfono 016.
Chamada gratuíta e secreta (non se rexistra no recibo)

Compra - Venda - Troco

VENDAS

Véndese
-Cuba de leite (tanque de frío) de 2.300 litros, marca Packo. Trifásica.
-Sala de muxir de 8 puntos marca Fullwood. En Friol (Lugo)
☎982 183 019 / 628 785 466

Véndense
-Palas de arrastre con trácter, extractores e paneis de refrixeración dunha explotación de coellos.
☎678 747 591

Véndense
-Vacas bravas do monte.
☎626 442 294

Véndese
-Tractor Ebro 470 con dirección e dobre embrague.
☎667 469 962.

Véndese
-Máquina automática de sementar patacas de 2 regos.
-Máquina de cadea para sacar patacas de 2 regos.
-Máquina de selección de patacas con diversas reixas e distintos diámetros.
En Quintanas de Hormiguera (Palencia).
☎607 496 510

Véndese
-Trigo do país pasado pola limpadora.
☎981 694 702 (Xosé) Chamar de 13:00 a 15:00 ou de 20:00 a 22:00 horas.

Véndense
-Rolos de silo na zona de Lugo.
☎649 147 614

Véndese
-Peugeot 306 1.9 Diesel, en moi bo estado. No Corgo (Lugo).
☎696 097 979 (Toño)

Véndense
-Noces ecolóxicas en Chantada.
☎657 805 731

Véndense
-Tractor John Deere 2140 con válvula de freo e cabina de protección.
-Tractor John Deere 6200 con dobre tracción, cabina de protección, válvula de freo, 20 marchas e bomba con caudal de 110 litros.Na Limia.
☎660 811 411

Véndense
-Tractor John Deere 2035 en perfecto estado. 72 CV e simple tracción.
-Tractor Renault impecable de 95 CV e dobre tracción.
En Abadín (Lugo).
☎606 726 157 / 681 013 529

Véndese
-Segadora marca Bertolini D.
☎671 857 097

Véndense
-Vaca e becerro de raza Rubia Galega. No Corgo (Lugo).
☎ 689 752 400

Véndese
-Pa FAUCHEUX con anclaxes, lista para montar en John Deere serie 40 ou 50 (2040, 2140, 2250, 2450, 2650, 2850). Ten 4 botellas, monomando e cazo.
☎600 688 543

Véndese
-Rotoempacadora marca Morra 1200 especial.
☎981 787 679

Véndese
-Ringleirador Vicon de 4 rodas e 4,5 metros.
-Espelidor PZ de 5 metros e 4 tambores.
-Aboadora Vicon de 600 quilos.
-Sonsoladores de 5 ganchos con rodillo.
-Cisterna 3500 litros Coruxo con peche hidráulico.
-Autocargador de 28 metros cúbicos e 13 coitelas marca Tato con peche hidráulico.
-Sulfatadora de 400 litros e con 10 metros de ancho marca Fitosa.
-Debulladora de millo mecánica.
-Remolque para transportar millo 4.30 x 2.20 x 1.60, con grade para rolos.
-Vacas e xovencas.
Véndese todo por xubilación. en Moar (Frades).
☎981 695 542 / 648 118 865

Véndense
-2 xugos para restaurar en Trazo (A Coruña).
☎646 216 622 (Manola)

Véndense
-Becerros e becerras de raza Rubia para recría. No Covelo (Pontevedra).
☎626 442 294

Véndense
-Cachorros de mastín español auténticos.
☎626 194 490 (Paco).

Véndese
-Cisterna Comper de 3.000 litros, no Corgo.
☎659 341 116

Véndese
-Invernadoiro de 950 m2. Zona de Silleda.
☎659 256 190 (Lourdes).

Véndese
-Cisterna de 2.500 litros con documentación.
☎618 244 883

Véndese
-Explotación por abandono de actividade en Mahía, (Cambás, Aranga).
-Vacas de leite.
-Sala de muxido Gascoigne de 8 puntos.
-Tanque de leite de 1.600 l.
-18 cornadizas.
-1 silo de penso de 6.000 litros dividido en 2 cubas.
-Aboadora mecánica Brun de 800 quilos.
-Tractor John Deere 2.850 de dobre tracción.
-Remexedor de zurro.
☎608 551 543 / 981 793 513

Véndense
-Xovencas frisoas próximas ao parto con carta. En Chantada.
☎699 638 399

Véndense
-40 rolos de herba seca.
☎610 422 878

Véndese
-Carro mesturador vertical de 9 metros, marca Tato. Seminovo. Zona Silleda.
☎639 371 324 (Pili).

Véndese ou arréndase con dereito a compra
-Casa de labranza con historia en Marcón (Pontevedra) con 3.600m2 de horta e viña, froiteiras, nogueiras e castiñeiros. A 1 Km. do casco urbano de Pontevedra.
☎607 947 795

Véndense
-Vacas.
-Uva mencía da Ribeira Sacra (colleita propia).
Zona de Portomarín
☎660 968 743 e 697 422 304

Véndense
-Rolos de silo e herba seca.
☎610 472 095

Véndese
-Automóbil Audi A3 de 1999. Económico. Zona Compostela.
☎636 154 317

Véndense
-Rolos de silo.
☎981 793 197 / 639 435 273

Véndese
-Planta ecolóxica para horta, co selo do CRAEGA en tramitación. Pódese consultar o catálogo en http://ir.gl/b37100 Máis información en Feitoría Verde (Xián-Vedra).
☎698 164 249

Véndese
-Autocargador Rotomorra.
☎648 788 201 / 981 196 179

Véndense
-Cisterna de 7.000 l. Carruxo.
-Tractor Casse de dobre tracción, 90 CV. En Oroso (Coruña).
☎606 624 954

Véndense
-Alpacadora
-Enroladora.
-Cisterna de 3.000 litros
-Rulo e asucadores. Zona de O Corgo (Lugo).
☎659 649 644

Véndense
-Cuba de leite de 2.300 litros, lavado automático e trifásica.
-Desensiladora Bull de dobre coitela.
-Poldro. Zona de Friol
☎982 183 019 / 628 785 466

Véndense
-Abono de ovella.
-Herba seca da campaña 2014, en rolos ou alpacas.
-Maquinaria agrícola de segunda man.
☎608 186 123 (a partir das 11:00 da mañá).

Véndense
-Tanque de frío Mueller de 1.900 litros. Lavado automático, trifásico.
-Arado de tres regos.
☎981 787 013 / 630 223 073

Véndense
-Sala de muxido CIRCOMAT SINETHERM de tres puntos con pulsadores eléctricos e lavadora automática.
-Tanque de frío MANUX DE 600 litros
-Tanque de frío FONTSERE de 500 litros.
☎981 669 250 / 627 981 309 (mediodía).

Véndese
-Material de explotación de coellos por cese de actividade (Gaiolas, silos, extractores, tractor 100 horas…)
☎678 747 591 / 607 435 078

Véndense
-Circuíto de muxido de 3 puntos marca Miele.
-Tanque de frío de 700 litros.
-Segadora marca BCS (rodas novas). Na comarca de Arzúa.
☎600 614 565

Véndese
-Autocargador en bo estado no Corgo (Lugo).
☎648 718 864

Véndense
-Rolos de silo e herba seca do 2013. Na comarca do Deza.
☎647 777 498

Véndense
-Tractor Agria de 30 CV con remolque, fresa, arado de 3 regos, arado de virar e grade.
☎666 629 122

Véndense
-Tractor John Deere 2140.
-Rotoempacadora Wolvo R12.
-Rotoempacadora Gamosari.
-Remolque esparexedor JF de 6 toneladas.
☎620 171 952 (Xabier)

COMPRAS

Búscase
-Invernadoiro de segunda man (800-1.000 m2). Zona Compostela.
☎619 845 371 / 626 356 446

Mércanse
-Coleiras ou cangas para vacas.
☎638 067 100

Mércase
-Segadora de peites para tractor duns 2 metros de ancho.
☎988 44 20 57 (Andrés).

Mércase
-Semente de herba.
☎647 639 010 (Suso).

Mércase
-Invernadoiro de 2ª man.
☎661 333 837 (Alicia)

Mércase
-Moto en bo estado. O Corgo (Lugo).
☎689 752 400

EMPREGO

Ofrécese
-Persoa para traballar en explotación gandeira. Técnico Superior en Industrias Agroali- mentarias, con experiencia no manexo e muxido de gando de leite. Preferiblemente na provincia da Coruña e a xornada completa.
☎657 206 753 (María). Chamar entre entre as 09.30 e as 18:30 horas.

Para poder anunciarse nesta sección cómpre estar afiliad@ no SLG e comunicar o anuncio a través da súa oficina sindical máis achegada. Os anuncios publícanse durante tres números consecutivos, ao cabo dos cales quitaranse. En caso de que @ anunciante quixera seguir mantendo o seu anuncio, ou para realizar calquera modificación do mesmo, debe poñerse en contacto de novo coa súa oficina sindical para facelo.

FOUCE 304
Setembro/Outubro 14

Tom Kucharz ▸ Activista contra os tratados de libre comercio da UE

Tom Kucharz é un xornalista e investigador social que desenvolve a súa actividade dende Ecoloxistas en Acción, organización na que coordina a área de Agroecoloxía e Soberanía Alimentaria. Nos últimos tempos, boa parte do traballo de Tom está centrado na denuncia dos acordos de libre comercio entre a Unión Europea, Estados Unidos e Canadá. Dous piares desta loita no Estado Español están a ser as alianzas (máis de 80 plataformas e colectivos coordinados) e o blog *noalttip.blogspot.com.es*

sindicato labrego galego
comisións labregas

"Podemos parar as negociacións do TTIP ou frear a súa ratificación"

Que é o TTIP, e como nos afecta?

Dende xullo do 2013, a Unión Europea e os Estados Unidos negocian ás costas da poboación un tratado baixo o nome "Asociación Transatlántica de Comercio e Investimento (TTIP)". Este tratado pretende constituír unha "zona de libre comercio" entre ambos bloques económicos. As normas que están preparando afectarían a moitos aspectos da nosa vida cotiá. Modificarían e condicionarían negativamente unha gran porcentaxe de leis europeas, nacionais e ata locais, avasalando os xa de seu moi maltratados dereitos sociais, laborais e ambientais.

Pero, ¿por que ninguén fala desta cuestión se é tan importante?

As negociacións están tendo lugar a porta pechada, ás costas das maiorías sociais da poboación. O meirande dos membros dos parlamentos nacionais ou do Parlamento Europeo están informados dos detalles dos textos de negociación da Comisión Europea, e os escasos datos que se publicaron ou filtraron xéranos unha gran preocupación.

Como afecta este acordo aos labregos e labregas?

Entre os moitos temas que se negocian está a agricultura e a alimentación. Unha mirada atenta sobre as demandas do gran capital, revélanos que o agronegocio parece atopar o instrumento perfecto para demoler os regulamentos existentes e futuros neste eido.

En xuño do 2014, o secretario de Agricultura dos EEUU, Tom Vilsack, deixou claro que as negociacións do TTIP deberían servir para atacar aos estándares da UE sobre Organismos Modificados Xeneticamente e o tratamento de carne de vacún con hormonas artificiais, así como degradar o nivel de protección da seguridade alimentaria co falso pretexto que estes estándares deberían "basearse na ciencia sólida".



Pero existen países, rexións e concellos en Europa onde están prohibidos os transxénicos, por exemplo. Que pasaría en casos coma eses?

As negociacións favorecerán a protección dos investimentos corporativos por riba da protección da cidadanía e o medio ambiente, e permitirán que as compañías esixan unha indemnización cando as decisións dun goberno afecten ás súas ganancias grazas ao ISDS.

Que é iso do ISDS?

É unha cláusula do TTIP que contempla a denominada "solución de controversias entre inversores e estados" (ISDS polas súas siglas en inglés). Este mecanismo de arbitraxe permite aos inversores reclamar indemnizacións como resultado de regulacións, leis, medidas normamativas ou outras decisións gobernamentais que teñan o efecto de reducir as súas oportunidades de lucro. Calquera compañía estadounidense (ou cunha filial nos EE.UU.) que invista na UE podería recorrer a este privilexio reservado aos inversores para esixir que lle compensen por medidas como prohibir o fracking ou o consumo de transgénicos.

Xa son máis de 570 casos nos que empresas transnacionais levaron aos gobernos ante este tipo de tribunais secretos en base ás cláusulas de protección ao investimento, sen pasar por tribunais ordinarios.

Está habendo algún tipo de mobilización para deter isto?

Varios sectores da sociedade -organizacións labregas, de consumo, grupos ecoloxistas e feministas, sindicatos e asociacións do ámbito dos dereitos humanos, a cultura libre ou o comercio xusto- levan xa un ano informándose, sensibilizando e mobilizándose para confrontar o que consideramos unha volta de rosca do capitalismo neoliberal no aumento do poder das grandes empresas. No Estado español, máis de 80 plataformas, movementos sociais e organizacións puxemos en marcha a campaña «Non ao Tratado Transatlántico de Comercio e Investimentos» (#NoalTTIP) para crear conciencia sobre os perigos para os servizos públicos, os dereitos laborais, o dereito á vivenda, a soberanía alimentaria, a cultura libre, entre outras loitas sociais, demandando a suspensión inmediata das negociacións do TTIP.

Hai esperanzas de que os intereses da cidadanía se impoñan sobre estes acordos?

En xeral, son optimista. Podemos parar as negociacións do TTIP, ou frear a súa ratificación. Se o acadamos, será unha vitoria moi importante para o movemento anti-globalización e iso significará unha fenda no conxunto das políticas neoliberais e antisociais da UE para que a maioría social e de esquerdas leve adiante a seu posicionamento de gobernar para as maiorías sociais.